

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SABRINA MASIERO DE CAMPOS

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NUMA FRONTEIRA AGRÍCOLA:
O CASO DE TOLEDO, PR**

TOLEDO
2007

SABRINA MASIERO DE CAMPOS

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NUMA FRONTEIRA AGRÍCOLA:
O CASO DE TOLEDO, PR**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Ernelo Schalleberger, Dr.

TOLEDO
2007

SABRINA MASIERO DE CAMPOS

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NUMA FRONTEIRA AGRÍCOLA:
O CASO DE TOLEDO, PR**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Erneldo Schalleberger, Dr.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Erneldo Schalleberger, Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Valdir Gregory, Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Marcelo Grondin, PhD

Toledo, 10 de setembro de 2007.

A quem me concedeu o dom da vida, da coragem e da perseverança.

AGRADECIMENTOS

À minha família, Sabino, Rosa, Sabino Filho e Sabine, pelo apoio, confiança e compreensão.

Ao meu namorado e parceiro Daniel, pelo incentivo e companheirismo.

À minha tia Maria Lúcia, que contribuiu nos caminhos da pesquisa e incentivou-me nos momentos difíceis.

Ao Prof. Erneldo Schalleberger, meu orientador, pela paciência e confiança depositadas.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela incumbência deste curso e pelo apoio operacional concedido por seus funcionários em todos os momentos.

Ao Prof. Carlos Alberto Piacenti, pela oportunidade concedida.

Ao Prof. Pery Francisco Assis Shikida, pela insistência e incentivos concedidos.

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram para que este momento chegasse.

A todos, muitíssimo obrigada!

*"De tudo ficam três coisas:
a certeza de que estamos começando,
a certeza de que é preciso continuar e
a certeza de que podemos ser interrompidos
Antes de terminar.
Fazer da interrupção um novo caminho,
da queda um passo de dança,
do medo uma escola,
do sonho uma ponte,
da procura um encontro.
E assim terá valido a pena".*

Fernando Pessoa

CAMPOS, Sabrina Masiero de. **O Processo de Industrialização numa Fronteira Agrícola: O Caso de Toledo - PR.** Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *Campus* de Toledo, 2007. (Dissertação de mestrado).

RESUMO

Entendendo que o desenvolvimento é um processo complexo de transformações econômicas, políticas, humanas e sociais, este trabalho teve como objetivo identificar e analisar o desenvolvimento industrial alcançado pelo Município de Toledo no final da década de 1990. Com base em bibliografia, documentos de referência e avaliação de dados socioeconômicos do Município, da Região Oeste e do Estado do Paraná, que subsidiaram a realização de estimativas e comparações, o trabalho revelou os altos graus de urbanização alcançados pelo Município no decorrer dos anos bem como o incremento no número de indústrias e postos de empregos, corroborando na visualização dos fatores que contribuíram para alcançar este cenário. A partir de uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento desatrelada da formação econômica do Paraná, o processo de industrialização de Toledo teve início com a exploração da madeira e a instalação da primeira serraria. Seguidamente vieram as ervateiras e a indústria do palmito que, utilizando-se também de matéria-prima nativa, desenvolveram-se apenas no período que puderam, do solo rico existente, retirar para transformar e comercializar. A colonizadora MARIPÁ, importante ator no processo de desenvolvimento do Município, teve também o papel de estruturar a cidade para atender aos seus moradores e trabalhadores e fornecer os suprimentos necessários. Formatou o núcleo inicial, a partir da colaboração do Padre Patuí, e engendrou-se na região através da construção de estradas. O aumento da necessidade de provisões incentivou a formação de novos negócios e a cidade começou a atrair novos moradores, acelerando desde então o processo de urbanização. Na década de 1970, a mecanização da agricultura esvaziou os campos e lançou na cidade muitos migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida. Os latifúndios gerados transformaram muitos destes agricultores em bóias-fria e a cidade formatou-se de acordo com as necessidades das populações que para ela se dirigiam. O esvaziamento não se deu somente na área rural, os capitais e a população urbana também se dirigiram para outras regiões em busca de melhores investimentos. Entretanto a sociedade civil e empresarial de então se reuniu para atacar o problema de frente a partir da estratégia de industrialização e surgiram na década de 1980 as indústrias comunitárias. A partir de subprodutos da então consolidada Sadia, muitas empresas se formaram e delas outras surgiram tendo sempre como base o espírito de trabalho comunitário, herdado dos italianos e alemães da época da colonização. Toledo sempre contou com o apoio dos governantes, das instituições associativas e financeiras, da comunidade empresarial e da vocação inovativa e empreendedora de seus habitantes. O cenário que se mostra na década de 1990 é de um Município desenvolvido e pujante, que ocupa em nível estadual e nacional lugar de destaque nos diversos setores. Portanto, este trabalho identificou que a relação existente entre o processo de industrialização do Município e as características urbanísticas apresentadas colaboram na determinação de um caráter agroindustrial para Toledo, diversificado nos ramos industriais, mas especializado no concernente à industrialização do agronegócio.

Palavras-chave: colonização; urbanização; capital social; desenvolvimento; industrialização; espírito comunitário; Região Oeste; Toledo.

CAMPOS, Sabrina Masiero de. **The Process of Industrialization in an Agricultural Border: The Case of Toledo - PR.** Toledo: State University of West of Paraná – *Campus de Toledo*, 2007. (Master Thesis).

ABSTRACT

As far as we can understand the development as a complex process of economics, politics, human and social changes, this paper has as objective to identify and analyze the industrial development reached for Toledo in the end of 1990's. On the basis of bibliography, reference documents and social economics data evaluation about de city, region and state, the work showed up a high urbanization grade reached during the years and an increase on the number of industries and jobs, contributing as important factors to reach this position. Since an increasing and developing dynamics unleashed of Paraná economics, the industrialization process in Toledo began with the wood exploration and the first sawmill install. Following, the industry of mate and heart of palm, developed also from raw material, produced till they have possibilities here. MARIPÁ colonizer, important actor on the development process, also had the deal providing infrastructure and basic supplies to the city, the residents and the workers. Organizing the initial center, with Padre Patui' collaboration, enlarged throughout the region building roads. The supplies needed stimulate new business and the city attracted new neighbors, accelerating the urbanization process. On the 1970', the agricultural mechanization expelled the men from the country who came to the city looking for new jobs and better life conditions. The agriculture's men were transformed in bóia-fria because of the large states formed. The emptying didn't happen only on rural area, also the capital and the urban population moved to other regions looking for new business and life investments. Meanwhile, the civil and entrepreneurial society attacked the problem by industrialization strategy and on 1980's the communitarian industries were formed. From Sadia subproducts, many companies were launched and another from these on the basis of communitarian work, inherited from Italians and Germans of colonization time. Toledo always had the accomplishment of government, business and financial community, and from the entrepreneurs with an innovative vocation. The municipal district, on 1990's, is developed and reaches eminence on state and national level in many sectors. Therefore, this paper identifies that the relation between the industrialization process and the urban characteristics, determine an agro industrial character for Toledo, diversifying on industrial sectors but specialized on agribusiness industrialization.

Key-words: colonization; urbanization; social capital; development; industrialization; communitarian spirit; West region; Toledo.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Caracterização do Problema e Objetivos	19
1.2 Metodologia Aplicada	29
2 REFERENCIAL TEÓRICO	34
2.1 Desenvolvimento Industrial	34
2.2 Urbanização	38
2.3 Capital Social	43
3 FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	47
3.1 Localização e Breve Caracterização	47
3.2 A Colonização e o Nascimento de uma Cidade	50
3.3 A Modernização Agrícola e o Êxodo Rural	54
3.4 Planejamento Municipal e Plano Diretor	61
4 O DESENVOLVIMENTO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	67
4.1 A Indústria Extrativa e as Primeiras Empresas - de 1946 a 1960	67
4.2 Surgimento e Consolidação das Indústrias – de 1960 a Fins da Década de 1970	70
4.3 O Retorno às Origens e as Indústrias Comunitárias – Década de 1980 e Início dos Anos 1990	74
4.4 Diversificação e Consolidação do Parque Industrial – Década de 1990 e Entrada no Século XXI	83
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES	110

LISTA DE SIGLAS

ACIT – Associação Comercial e Empresarial de Toledo
AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
ATA - Associação Toledana dos Artesãos
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
COARTE – Cooperativa de Artesanato de Toledo
CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná
COOPAGRO - Cooperativa Agrícola do Oeste Ltda
COOPARTOL – Cooperativa dos Produtores Artesanais de Toledo
COOPERLAC - Cooperativa Agroindustrial
COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
DERAL – Departamento de Economia Rural
FRANCAL - Feira Internacional de Calçados, Acessórios de Moda, Máquinas e Componentes
FRIGOBRÁS - Companhia Brasileira de Frigoríficos S.A.
IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de desenvolvimento Humano
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MWH – Megawat (medida de energia elétrica)
PIB - Produto Interno Bruto
PND – Plano nacional de desenvolvimento
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SEFA – Secretaria de estado da Fazenda
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço nacional de Aprendizagem Industrial
SINDIWEST - Sindicato das Indústrias do Vestuário do oeste do Paraná
VA – Valor Agregado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Residente por Situação	24
Tabela 2 - População Urbana / Grau de Urbanização	40
Tabela 3 - Produção Agrícola Municipal	55
Tabela 4 - Distribuição da População Urbana e Rural de Toledo	60
Tabela 5 - Composição do Valor Adicionado, por setor econômico, em Toledo, 1980-1992	81
Tabela 6 - Dados Econômicos Toledo - R\$ milhões.....	83
Tabela 7 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Toledo.....	86
Tabela 8 - Industrialização de Toledo.....	87
Tabela 9 - Quociente Locacional (QL) - Segundo Atividades	90
Tabela 10 - Emprego por setor de Atividade Industrial	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases do Desenvolvimento Regional.....	35
--	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Toledo	48
Figura 2 - Divisão dos Bairros.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários	58
Gráfico 2 - Total de Tratores.....	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história é possível verificar diversos fatores que evidenciam a capacidade humana de evoluir enquanto ser social e, enquanto tal, de construir a sua territorialidade. Dentre estes fatores estão as questões pertinentes ao desenvolvimento e à industrialização, que se modificaram diante da necessidade de sobrevivência das economias influenciadas pelo fenômeno da globalização¹ econômica.

O conceito de desenvolvimento é entendido, neste estudo, como um processo complexo de transformações econômicas, políticas, humanas e sociais. Este conceito parte da noção de crescimento econômico – incrementos positivos de produto e renda – e adquire sentido amplo quando esse crescimento passa a ser centrado na questão social, tendo como referência a satisfação das mais diversificadas necessidades do ser humano e de melhoria da sua qualidade de vida como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, avanço cultural, dentre outros. Na sua dimensão econômica, o desenvolvimento é observado a partir da variação positiva do crescimento do conjunto da economia e é medido pelos indicadores de renda, pela renda per capita², pelo Produto Interno Bruto (PIB)³ e PIB per capita (OLIVEIRA, 2002).

Desenvolvimento não deve ser confundido com industrialização, apesar de ser comum na literatura clássica de economia esta associação. A indústria é o setor responsável pelos incrementos positivos no nível de produto, ou seja, pelo crescimento econômico, pois as atividades encadeadas pelo processo de industrialização incrementam a atividade econômica. Na América Latina e no Brasil, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o

¹ Para conceitos de Globalização ver BENKO (1999), OCDE (1992) e UNCTAD (1994).

² O termo per capita é utilizado para fazer referência ao peso médio. Isto é, quer dizer que representa o somatório da variável em questão dividido pela população.

³ PIB é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo.

enfoque das políticas de desenvolvimento centrou-se no crescimento do produto e da renda, através do acúmulo de capital e da industrialização de substituição das importações, na tentativa de romper a dependência que os países periféricos mantinham em relação aos centrais.

A década de 1970 comportou um acelerado processo de desenvolvimento econômico, movido por inovações tecnológicas e por configurações de mercado que tiveram repercussões sobre as diferentes regiões do planeta, e, por conseguinte, sobre a região Oeste do Paraná. Coutinho (1996) assegura que, entre as transformações do capitalismo mundial, a forte aceleração da mudança tecnológica e a rápida difusão deste novo padrão de organização da produção e de gestão acentuaram o peso do comércio regional, favoreceram a concentração de mercados dentro de blocos regionais, proporcionaram a difusão desigual da mudança tecnológica entre os países centrais e a emergência dos investidores internacionais.

Baumann (1996), neste contexto, afirma que as decisões de alocação de recursos regionais passam a ser resultados de investimentos em infra-estrutura e de aumento substantivo de qualificação de mão-de-obra, o que exige, entre outras ações, uma nova distribuição histórico-geográfica e político-cultural das estratégias de divisão social do trabalho em nível global, possível de ser observada a partir de quatro situações:

- a mobilidade acelerada do capital gerando um processo de concentração e centralização do capital global nas regiões ricas em detrimento das periferias;
- a concorrência entre espaços nacionais, blocos inter-regionais e empresas transnacionais;
- a crescente transnacionalização das economias e da produção;
- o enfraquecimento do Estado-Nação.

Observa-se assim que o processo de desenvolvimento econômico dos países do mundo foi afetado pela economia global evidenciando duas situações: a primeira destaca o grau de invasão da autonomia e da identidade da soberania dos países, ou seja, o fim do Estado-Nação; a segunda evidencia o quadro local, valorizando as formas de organização produtiva e a importância do território frente à competitividade global imposta pelas economias desenvolvidas.

A compreensão das economias locais face ao fenômeno da globalização passa a ser tão importante quanto entender as causas das mudanças no perfil econômico mundial, do que é possível depreender que a formulação de estratégias de desenvolvimento econômico deve partir de “baixo para cima”, começando na base, o que é entendido como desenvolvimento endógeno. Sendo assim, este processo fundamenta-se na capacidade dos agentes locais de se organizarem, planejarem e executarem ações que estejam voltadas às capacidades e potencialidades do local. Neste entendimento, Hirschmam (1970, 1996) afirma que é preciso direcionar as ações de planejamento para os setores que estimulem as mudanças estruturais necessárias aos encadeamentos produtivos que levem ao desenvolvimento econômico regional.

Uma vez que o desenvolvimento econômico ocorre em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente e, eventualmente, pela atração de recursos externos, assim como pela incorporação das economias externas, é preciso que os fatores determinantes do processo de acumulação de capital sejam ativados para garantir a neutralidade das tendências ao estado estacionário, sendo estes: a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de diversidades nas cidades e o fortalecimento das instituições.

É sabido, também, que o estabelecimento de relações entre empresas, provedores e clientes, condicionando a produtividade e a competitividade das economias

locais, apresenta-se como um dos fatores centrais que influencia o desenvolvimento. Tem-se então, através dos sistemas produtivos locais, a existência de uma rede de empresas industriais locais possibilitando a geração de uma gama grande de mercados internos e de áreas de encontro, facilitando a troca de produtos, serviços, informações e conhecimentos.

Considerando o contexto atual de globalização da produção e de trocas e expansão das atividades de serviços, as cidades tornam-se o espaço preferencial do desenvolvimento, pois nelas são tomadas as decisões de investimentos econômicos e de localização das indústrias e dos serviços. A cidade passa a ser um território formado por um espaço construído e por um conjunto de atores que interagem na troca de bens, serviços e conhecimentos.

A industrialização da agricultura, tomada como fator de crescimento das cidades, diminui, de um lado, de forma crescente a produção de subsistência do campo e, de outro, permite a expansão das forças produtivas e um aumento considerável da produtividade do trabalho agrícola. Sendo assim, a cidade torna-se um local de concentração, não apenas do excedente alimentar produzido no campo, mas de toda produção agrícola, a qual é comercializada, transformada industrialmente e redistribuída ao campo a partir da cidade. As cidades são, portanto, os territórios onde são criados e desenvolvidos os novos espaços industriais e de serviços, devido às potencialidades de desenvolvimento e à capacidade de gerar externalidades⁴.

O processo de globalização aumenta a exigência da competitividade induzindo as cidades a se tornarem capazes de dar respostas estratégicas através de incentivos locais que venham estimular os processos de desenvolvimento interno.

⁴ Mas-Collel e Whinston e Green (1995) definem externalidades como reflexos presentes na economia, quando o bem-estar de um consumidor e/ou as possibilidades de produção de uma firma são diretamente afetados pelas ações de outro agente. Um estudo analítico sobre o tema é apresentado no artigo de Aydalot, Ph. (1980).

É importante ressaltar que o desenvolvimento econômico apresenta-se fortalecido naqueles territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo, onde as empresas estão integradas por densas redes de relações com instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais. Entretanto, para que este modelo de desenvolvimento econômico seja posto em prática é necessária a formulação de estratégias locais que possibilitem seu êxito e é a partir da realidade econômica que algumas regiões tornam-se mais atrativas e competitivas que outras, fazendo com que a presença de infra-estruturas básicas como transporte, energia, centros de tecnologia, de comunicação e população qualificada, além da instalação de indústrias específicas, passem a ser o diferencial de competitividade.

É neste contexto que o estudo sobre o desenvolvimento de Toledo, observado pelas vertentes da industrialização e da urbanização, é importante, não só para entender os fatores que o desencadearam, mas, também, para subsidiar discussões que facultem a análise crítica do processo e para formulação de estudos e projetos que sinalizem para o futuro.

1.1 Caracterização do Problema e Objetivos

A Região Oeste do Paraná foi a última fronteira agrícola a ser integrada à ao território paranaense. Da fase do assentamento de colonos, no final da década de 1941, à da modernização agrícola e crescente urbanização, a partir da década de 1970, houve aceleradas transformações na estrutura demográfica e na organização dos espaços produtivos. Significativos impactos sócio-ambientais e culturais se projetaram sobre o território e sobre a sociedade regional.

Distante da fronteira leste do território paranaense, povoada a partir do século XVII, o oeste encontrava-se privado das mínimas condições de comunicabilidade,

principalmente pela falta de uma infra-estrutura de transporte que possibilitasse o acesso às outras regiões do estado e do país, o que o deixou em situação de quase total isolamento, facultando a presença de estrangeiros, atraídos pelas riquezas decorrentes do extrativismo. A partir de 1888, iniciativas governamentais com o objetivo de proteger as fronteiras frente aos avanços e às pretensões de exploração comercial da Argentina, como a criação da colônia militar de Foz do Iguaçu, levaram a região a ter seus primeiros impulsos de ocupação, colonização e exploração econômica (GRONDIN, 2007). Nesta época, a região contava com 7.645 habitantes, saltando em 1950, para 16.421 e alcançando, em 1960, o montante de 135.697. A integração do território do oeste do Paraná à economia nacional aconteceu a partir de duas correntes migratórias significativas: a primeira, composta por imigrantes italianos e alemães provenientes das áreas de colonização agrícola do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, buscavam terras férteis e disponíveis; a segunda ingressou na região a partir da vasta área cafeeira do norte do estado, que liberava populações na medida em que era substituída por novas culturas de plantio ou pela pecuária (IPARDES, 2003). Entretanto, foi apenas no final da década de 1950, com os primeiros esforços pela implantação de um sistema viário, que a produção de excedentes para o mercado externo começou a ter alguma expressão e favoreceu a integração e o desenvolvimento da região para afirmar-se no cenário estadual.

A região Oeste manteve certas peculiaridades próprias a partir do seu processo de colonização, responsáveis por um processo de crescimento e de desenvolvimento pouco atrelada à dinâmica econômica do contexto do Estado do Paraná. Primeiramente, a economia esteve alicerçada na extração da madeira, que, na fase que precedeu a constituição da fronteira agrícola, utilizava-se do sistema fluvial para o transporte do produto. Nesta época, foram atraídos grandes investimentos para a região, mesmo estando ela quase inteiramente desvinculada do restante do universo econômico paranaense (MACEDO, 2002).

Da intensificação das frentes migratórias de colonização, vindas predominantemente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Oeste do Paraná a partir do final da década de 1940 com a finalidade de recriar um padrão agrícola semelhante ao encontrado em suas regiões de origem, verificou-se um acelerado processo de desmatamento e de estruturação de uma agricultura de subsistência, porém atenta às demandas de mercado. A produção agrícola regional desenvolveu-se rapidamente devido às condições de solo encontradas na região, à capacidade técnica dos produtores, aos investimentos da Colonizadora Madeireira Alto Rio Paraná – MARIPÁ – e ao contexto favorável do mercado (PERIS, 2003).

A efetiva colonização de Toledo iniciou-se em 1946, com a compra da Fazenda Britânia pela MARIPÁ. O município foi criado em 14 de novembro de 1951 e instalado em 14 de dezembro do ano seguinte. O interesse de desenvolver a região através da pecuária e da agricultura com o assentamento de frentes agrícolas em Toledo é que viabilizou, anos depois, a partir da mecanização agrícola, do melhoramento genético dos suínos e do gado e da introdução da avicultura, a instalação de agroindústrias na cidade, trazendo novas perspectivas para o desenvolvimento regional.

O processo industrial do Município de Toledo iniciou-se com a exploração da madeira. Em 1947, instalou-se a primeira serraria e em 1975, somavam 89 unidades e 11 beneficiadoras, que atendiam ao mercado interno e externo. Instalaram-se, posteriormente, as ervateiras e as indústrias de palmito, que usavam matéria-prima de extração natural. O definhamento dessa atividade está relacionado ao esgotamento das fontes de abastecimento. A atividade empresarial teve, desde o início, suporte no empreendedorismo da população e no apoio de governos e instituições associativas e financeiras (SILVA *et al.*, 1988).

No período embrionário da industrialização de Toledo, entre os anos de 1946 e 1960, os produtos eram fabricados de forma quase artesanal para atender às

necessidades mais prementes da população. Desde a época do extrativismo da madeira, da erva-mate, do palmito e da indústria frigorífica, a população demonstrou, com os incentivos institucionais, uma tendência a inovar e a empreender. Ao longo da década de 1960, a Região Oeste já alcançava o primeiro lugar na produção de milho e na criação de suínos no Paraná, diversificando desde então suas culturas, além de experimentar alto incremento nas taxas de crescimento demográfico nas áreas rurais e a formação de inúmeros núcleos urbanos, com o objetivo de dar suporte à agricultura em expansão. Houve, nesta época, também o encontro de várias frentes agrícolas vindas de São Paulo e do Rio Grande do Sul e a aceleração do processo de urbanização ao longo do eixo rodoviário Cascavel-Foz do Iguaçu.

Estes fatos desencadearam um processo de desenvolvimento acelerado no município de Toledo, inicialmente convergente em torno das comunidades agrícolas, emprestando à sociedade um forte espírito agrário, mas que, na passagem da década de 1960 para 1970, encontrou na industrialização uma resposta às demandas da mecanização do campo e aos desequilíbrios gerados pela concentração fundiária e pela crescente liberação de mão-de-obra agrícola. A intensificação da urbanização de Toledo pode ser associada, em grande parte, ao deslocamento da população rural para a cidade em busca de trabalho e renda. A instalação do Frigorífico Pioneiro S/A, em 1964, resultou da fusão de interesses de um pequeno grupo de empresários locais com o grupo do Frigorífico Maringá, experiência embrionária do que representa atualmente o maior complexo agroindustrial frigorífico da América Latina, a SADIA S.A.

No início da década de 1980, surgiram as indústrias comunitárias de Toledo, impulsionadas pela então Associação Comercial e Industrial de Toledo (ACIT) e pelo poder público municipal, que tiveram importância singular para o desenvolvimento sócio-econômico da cidade, sobretudo pela geração de trabalho e renda para a população e pelo incremento ao comércio e ao setor financeiro. A atração de recursos e o crescimento

populacional incrementaram a indústria imobiliária e, assim, o complexo industrial começou a criar forma. Além disso, as reuniões realizadas para a discussão dos problemas da comunidade acabaram por incentivar a criação e desenvolvimento de outras idéias que tomaram forma e complementaram as indústrias comunitárias, como o apoio ao artesanato local, às indústrias caseiras, às hortas comunitárias, às escolas do sapato e do bordado, entre outras. Igualmente surgiram pequenas empresas de fundo de quintal e de artesanato, organizadas em associações (GONZATTO, 1985).

Com a consolidação da SADIA, a dinâmica do desenvolvimento industrial de Toledo, inicialmente girando em torno dos setores relacionados diretamente à empresa, repercutiu nos demais segmentos, ligados indiretamente a ela. Mesmo sem atender ao perfil das indústrias comunitárias, derivaram desta nova maneira de pensar, surgindo, assim, indústrias nos ramos de: fiação de algodão, malhas, embalagens de mantimentos, engarrafamento de bebidas, calçados de segurança, produção de fertilizantes, de produtos químicos, plásticos, móveis, máquinas e implementos agrícolas, facas, sabão e outros. Estas indústrias desenvolveram-se e o parque industrial mais que duplicou na passagem da década de 1990 para 2000. No ano de 1990, 205 empresas estavam instaladas no Município e em 2000 este número saltou para 424 (RAIS, 1995, 2000).

Portanto, a urbanização de Toledo, quando relacionada ao aumento da população urbana em relação à rural ao longo do tempo, pode ser intimamente associada ao êxodo rural na Região Oeste do Paraná. Conforme se observa na Tabela 1, em 1970, Toledo contava com 21,84% da sua população residente no meio urbano, enquanto no Paraná este número já era de 36,13% e no Brasil 55,93%. Em 1980, este número aumentou para 52,89%; em 1991, para 76,30%; em 1996, foi de 84,20%, chegando em 2000 aos 87,49% da população total do Município, enquanto no Paraná este índice demográfico chegou a 81,36% e no Brasil a 81,19%.

Tabela 1 - População Residente por Situação

Brasil, Unidade da Federação e Município	Situação do domicílio	Ano			
		1970	1980	1991	2000
Brasil	Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.925.238
	Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618
Paraná	Urbana	2.504.253	4.472.506	6.197.953	7.782.560
	Rural	4.425.568	3.157.343	2.250.760	1.782.083
Toledo - PR	Urbana	15.040	43.029	72.402	85.968
	Rural	53.845	38.258	22.477	12.232

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Os aspectos supracitados suscitam a questão: em que sentido o desenvolvimento industrial alcançado por Toledo na década de 1990 está relacionado ao processo de desenvolvimento e urbanização do Município?

Conforme Boisier (1989), o desenvolvimento econômico pode ser entendido como a alocação de recursos disponíveis através da política econômica estabelecida pelo governo e pela participação da sociedade com capacidade e responsabilidade de direcionar o crescimento.

Já Perroux (1967) entende que o “desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem natural e social duma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global”.

A transferência de atividades de produção, transformação e comercialização do campo para a cidade, motivada pela mecanização da agricultura, acabou influenciando uma profunda modificação do espaço urbano. A atividade industrial, agora com espaço próprio, distinto do agrícola, passou a exigir nova infra-estrutura (energia, água, esgoto, transportes, comunicações, moradia, etc.), serviços especializados, qualificação de mão-de-obra e uma nova divisão do trabalho.

Considerando-se estas definições e o objetivo deste trabalho, de analisar o desenvolvimento industrial alcançado pelo Município de Toledo até o final da década de 1990, é possível levantar as hipóteses que seguem.

- Primeira: Os processos de urbanização ocorridos no Brasil e no Paraná a partir da década de 1970, como o êxodo rural e o crescimento populacional urbano, influenciaram o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná e, por conseguinte, o de Toledo, que teve no planejamento do espaço urbano um fator importante para o incremento da industrialização.

Segundo Luis Alberto Dalcanale (GRONDIN, 2007, p.113) colonizar significava, em primeiro lugar, acessar a área pretendida a partir de uma estrutura formatada e, também, criar estruturas e organizações de apoio, como as religiosas, educacionais e de saúde, que, somadas ao estabelecimento de um comércio provedor das necessidades mais prementes da população local, possibilitaram a constituição de um conjunto de elementos que, articulados, favoreceram o desenvolvimento local.

O Brasil e o Paraná, vistos a partir de um mesmo processo de transformação, mudaram sua base populacional tipicamente rural para índices acima de 81% de população urbana na década de 1990. Entretanto, no Paraná esta conversão deu-se de maneira mais acelerada entre os anos de 1970 e 1990, quando o grau de urbanização saltou de 36% para 78%, confirmando uma expressiva relação entre as mudanças estruturais e os movimentos populacionais.

Os migrantes oriundos do campo, ou de pequenos municípios, deixaram seu modo de vida agrícola para juntarem-se aos habitantes urbanos na busca de trabalho, bens e serviços, procurando em seu novo hábitat acesso ao lote e à moradia. Esta urbanização acelerada gerou certas ineficiências e desigualdades no acesso a bens e serviços urbanos, ocasionando vários sinais de pobreza: poluição ambiental, congestionamentos de tráfego, baixa qualidade dos serviços e espaços construídos, crescimento do setor informal e de áreas ocupadas ilegalmente de forma muito precária (SILVA *et al.*, 2003).

- Segunda: A vocação agropecuária da Região Oeste do Paraná, a partir de suas terras férteis e das tecnologias implementadas, contribuiu para o desenvolvimento crescente da indústria do agronegócio, que por sua vez impulsionou o processo de diversificação industrial de Toledo.

A estrutura agrária do município de Toledo formou-se no início da colonização e sofreu mudanças ao longo dos anos. A vinculação do desenvolvimento de Toledo com a agricultura tem duas vertentes explicativas: a primeira, relacionada às condições naturais do solo (terra roxa fértil), do clima, propícios para o plantio, e do relevo pouco acentuado, favorável à mecanização agrícola; a segunda refere-se ao aspecto humano, em se considerando que os colonos tinham amplo domínio das tecnologias de produção, eram oriundos de experiências e vivências comunitárias que davam conta de uma organização social e produtiva com forte expressão solidária e detinham um certo capital.

A agricultura local baseava-se na produção de subsistência, mas também incentivava a produção de um ou dois produtos para que, em parte, pudessem ser destinados à comercialização. Até o advento da mecanização, a principal renda dos proprietários agrícolas da região provinha da madeira e da criação de suínos. A mecanização foi fomentada com a instalação do Banco do Brasil, em 1964, como principal fornecedor de crédito agrícola para investimentos em tecnologias, modernização, comercialização e custeio local. O crédito rural farto a juros baixos e subsidiados, com prazos longos e sem correção monetária, levou muitos agricultores ao financiamento, mesmo dispondo de recursos próprios. A produção acentuada das culturas da soja e do trigo, instaladas a partir da mecanização, foram direcionadas pelos compromissos externos assumidos pelos governantes com o objetivo de exportação, transferindo os recursos do setor primário para as indústrias (SILVA, 1988).

Durante o período de 1970 a 2000, diversificou-se o sistema produtivo, tanto agropecuário quanto industrial, e o crescimento econômico de Toledo teve um

significativo impulso. O crescimento do comércio e a formação de empresas agroindustriais na Região Oeste fizeram com que novas relações de trabalho fossem formatadas no campo, como a especialização agrícola, a concentração da propriedade e o êxodo rural, que aceleraram a urbanização (TOLEDO, 2006). O crescimento das demandas urbanas estimulou o surgimento de empreendimentos industriais como subsidiários do complexo agroindustrial, ou voltados para suprir as necessidades locais, regionais, assumindo, com sua especialização, conceitos nacional e internacional.

- Terceira: A formação do capital social e a organização da sociedade civil e empresarial são fatores que contribuíram para o desenvolvimento industrial alcançado localmente.

As levas da imigração européia, sobretudo a alemã e a italiana, deixaram marcos significativos na organização territorial e na configuração do espaço sócio-produtivo do sul do Brasil. Trouxeram do mundo de origem suas crenças, costumes e tradições, mas souberam, entre muitas dificuldades, adaptar-se às novas condições socioeconômicas que encontraram no país destino. Uma colonização do tipo planejada deu preferência para o agricultor com experiência na criação de suínos, fabricação de manteiga e queijo, cultivo de feijão, milho, batatas, trigo, fumo, arroz e outros. O que se identificou no Paraná e, por conseguinte, na Região Oeste, particularmente em Toledo, é que estes imigrantes tinham uma forma diferenciada de organização comunitária, de representação e ocupação do território, além de assimilarem técnicas de cultivo adotadas nas novas terras.

O modo de vida em Toledo formatou-se a partir da pequena propriedade, como aconteceu em algumas áreas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e com algumas variantes em São Paulo e Minas Gerais. A partir da produção e da vivência do espaço familiar foram organizados os espaços comunitários, como lugares de vivência e de convivência, de troca de experiências e de definição de estratégias de ação, convertidas em

formas concretas de associativismo e de cooperação, que envolviam os sujeitos sociais em compromissos mútuos, estabelecendo elos comunitários que passaram a representar elementos de identidade e de confiabilidade entre eles, o que lhes conferiu força e poder para superar adversidade e empreender novas iniciativas (SCHALLENBERGER, 2007). A formação de uma sociedade rural diferenciada sociedade rural brasileira tradicional, mas próxima da constituída nas zonas de colonização a partir da imigração alemã e italiana, principalmente no que diz respeito à organização comunitária e à estruturação da propriedade a partir das relações familiares de produção. Os elos de solidariedade vicinal uma das características básicas no processo de construção dos espaços familiares e públicos, influenciado a formação de uma paisagem marcada pela rede de estradas que costuravam o acesso às moradias muito próximas umas das outras. A cultura de diversos produtos e o trabalho familiar eram os destaques deste modo de vida, enquanto o trabalho na forma associativa difundia-se. A maior contribuição, entretanto, foi dada para a agricultura familiar brasileira, a partir do cultivo de produtos agrícolas diversificados, como o milho e o feijão, somados à suinocultura e a reestruturação da agroindústria cooperativa privada e forte (VANDERLINDE, 2006). O mesmo pode ser verificado em relação às indústrias, principalmente as de pequeno porte, que tiveram nas iniciativas familiares e comunitárias, ou associativas, o seu impulso inicial.

Segundo Vanderlinde (2006), este espaço, porém, sofreu as intempéries do processo de modernização agrícola a partir da década de 1970. O camponês, através da pluriatividade, continuou sua empreitada e manteve sua propriedade, mas novos atores, conjugados a instituições, formaram um novo campesinato, com necessidades de qualificação. A população sofreu os impactos da modernização e foi levada ao cultivo de uma mentalidade individualista, economicista e competitiva, inibindo o espírito comunitário de outrora (TOLEDO, 2006). Diante do processo desagregador dos elos comunitários e de uma realidade competitiva que não gerara oportunidades de trabalho e renda, na década de 1980, lideranças

e entidades locais valeram-se da estratégia da organização de indústrias comunitárias, que foi endossada e fomentada pelo poder local, principalmente a partir da consolidação da então ACIT.

A análise destes fatores, diante da problemática apresentada, torna necessária a verificação de dados históricos e documentais relativos à formação, colonização e desenvolvimento do Paraná, da Região Oeste e de Toledo, somados aos aspectos naturais e de infra-estrutura. A caracterização do perfil do desenvolvimento local requer que se estabeleçam relações comparativas entre as economias municipal, estadual e nacional.

1.2 Metodologia Aplicada

Utilizar um método científico em pesquisas requer que as etapas da investigação sejam conduzidas com o máximo de exatidão e objetividade, com foco e limitações devidamente explicitadas. Segundo Gil (2000), a pesquisa deve ser considerada como um processo, com a finalidade de descobrir respostas para os problemas identificados através de procedimentos científicos. Por não se tratar de atividade simples, seu desenvolvimento acontece em diferentes etapas sucessivas: seleção e formulação do problema, preparação do delineamento, coleta de dados, análise e interpretação destes dados e por fim um relatório conclusivo (GIL, 2000, p.46).

Dado a natureza do objeto de estudo e o percurso da aplicação dos conceitos ao uso e à estruturação de noções aplicadas, optou-se por uma pesquisa de caráter histórico indiciário, no sentido de buscar na bibliografia os elementos históricos da formação do espaço agrícola e do processo de agroindustrialização nacional, regional e local. O método comparativo agregará a esta análise a investigação dos fenômenos ou fatos existentes de desenvolvimento de uma região, considerando sua situação em épocas distintas, com o objetivo de ressaltar as diferenças e as semelhanças entre estes (GIL, 2000).

Agregar-se-á a esta, a utilização de uma técnica de pesquisa chamada de documentação indireta, que, segundo Lakatos e Marconi (1999), envolve o levantamento de dados através da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica. Na pesquisa documental, a fonte da coleta de dados restringe-se a documentos, escritos ou não, constituindo o que se costuma chamar de fontes primárias. Já a pesquisa bibliográfica, que se compõe de fontes secundárias, abrangerá parte da bibliografia tornada pública em relação ao tema em estudo, tendo como objetivo colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito, filmado ou anunciado sobre assunto determinado (LAKATOS e MARCONI, 1999, p.64).

A exploração documental, portanto, buscará nos arquivos local, estadual e nacional os dados industriais do Município de Toledo ao longo das décadas de 1970 a 2000 e as ações estabelecidas com vistas ao planejamento estratégico de desenvolvimento econômico local.

A coleta de dados e informações que podem contribuir para evidenciar as características da urbanização do Município e a diversificação e especialização dos setores industriais, sempre relacionadas com o desenvolvimento industrial da Região Oeste do Paraná, também foi realizada. Foram coletadas informações relativas ao contingente populacional e aos graus de urbanização, associadas ao número de empregos formais pelos setores de atividades econômicas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Esses dados e informações subsidiaram a realização de estimativas e comparativos entre o município, a Região Oeste, o estado e o país além de corroborar na determinação de índices de análise regional com o objetivo de determinar o comportamento das indústrias na região e no Município de Toledo.

A partir da análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o comportamento da economia industrial local poderá ser determinado aferindo seu

grau de especialização e/ou diversificação, utilizando as medidas de localização e de especialização propostas por Haddad (1989) e determinando os padrões locacionais e de setores de atividades econômica na região Sul. Como variável-base para nosso estudo, utilizar-se-á com maior ênfase o emprego formal, e como índice serão avaliados os resultados referentes ao Quociente Locacional (QL).

$$QL_{ij} = (e_{ij}/\sum e_{ij}) / (E_i/\sum E_i) \quad (01)$$

Este índice comparará a participação percentual do Município de Toledo (*i*), em um setor *j* particular, com a participação percentual da mesma região no total do Paraná.

Se $QL_i > 1$, significa que a atividade concentra-se no Município e este é especializado na produção deste bem. Implica esta especialização na suposição de que este município produz acima das necessidades internas de consumo desse produto e que exporta parcela da produção.

Se $QL_i < 1$, o município produz abaixo das necessidades internas de consumo e deverá importar o referido bem.

Se os $QL_i = 1$, o setor de atividade estará distribuído igualmente por todo o Paraná, e produzirão segundo suas necessidades internas de consumo do referido bem.

Assim, o presente trabalho apresenta 5 capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, encontra-se um quadro teórico sobre o desenvolvimento industrial, a urbanização e o capital social que aborda, sob a ótica de diferentes autores, o desenvolvimento e a consolidação destes conceitos no decorrer do tempo. Através de comparativos sobre urbanização e desenvolvimento são analisadas as transformações ocorridas no Brasil e no Paraná referentes ao tema em questão, assim como a inserção do capital social como mensurador de desenvolvimento a partir das últimas décadas.

A formação do espaço urbano, enquanto um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento de Toledo encontra-se explicitada no terceiro capítulo. Delimita-se o problema a partir da localização e caracterização do município. Explicitam-se quando e como se deu o nascimento da cidade objeto deste estudo. Os processos da colonização, da modernização agrícola e do êxodo rural são aproximados como fatores da formação do espaço hoje apropriado e finaliza-se descrevendo a importância do planejamento e do plano diretor no desenvolvimento almejado e alcançado no decorrer do tempo.

O quarto capítulo trata do desenvolvimento industrial do município, onde são analisadas as etapas da industrialização, em número de quatro, e os impactos sócio-culturais e econômicos sobre o processo de urbanização de Toledo. A primeira etapa, que vai de 1947 até 1960, trata do desenvolvimento e desaparecimento da indústria extrativa, a primeira fonte de renda local baseada na exploração de produtos nativos da região como a madeira e a erva-mate. A década de 1960 foi marcada por um rápido processo de crescimento urbano do município, incentivado pelo ciclo de vendas de terras para agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina pela MARIPÁ, com o objetivo de consolidar a colonização da região e de incrementar o desenvolvimento urbano, uma vez que a cidade de Toledo já polarizava as demandas das localidades adjacentes. Este crescimento das demandas regionais criou necessidades que a colonizadora já não podia suprir e as primeiras empresas locais começaram a se formar para atender, num primeiro momento, às necessidades dos aqui instalados. Esta segunda etapa de industrialização foi completada na década de 1970, que, no seu final, foi marcada pela mecanização da agricultura, responsável, por sua vez, pelo esvaziamento do campo e pelo inchaço das cidades. Decorrente do êxodo rural e da atração urbana em vista da oferta de oportunidades de trabalho e de renda. A terceira pode ser inscrita no período que vai da década de 1980 e ao início dos anos 1990. A cidade de Toledo absorveu um grande contingente populacional que não conseguiu se inserir por completo na vida e

trabalho urbano. Além da formação, neste período, de uma periferia pobre, pela não disponibilização de infra-estruturas mínimas pelo poder público, as tentativas de industrialização a partir de capitais externos frustraram-se. Surgiu então um movimento capitaneado pela ACIT que resultou na instalação de indústrias comunitárias, as quais são abordadas neste momento. Para finalizar aborda-se da década de 1990 até os anos atuais, como quarta etapa do processo de industrialização local, através da identificação dos fatores que levaram à consolidação do parque industrial atual, diversificado e especializado em setores como calçados e produtos alimentares e bebidas.

As conclusões sumarizam este trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Industrial

Suzigan (1986) discute as origens do desenvolvimento industrial brasileiro. Para ele, a partir de uma base agrícola-exportadora, existem quatro interpretações para tal fenômeno:

- a “teoria dos choques adversos”, que argumenta que a industrialização começou como resposta às dificuldades impostas às importações após a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão de 30 e a Segunda Guerra;
- a industrialização liderada pela expansão das exportações, que pressupõe a existência de uma relação linear entre a expansão do setor exportador (principalmente do café) e a industrialização.
- o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil, propondo um crescimento não linear entre o setor exportador e a indústria de transformação;
- industrialização promovida por políticas de governo, principalmente proteção aduaneira e concessão de incentivos e subsídios à indústria.

Para Macedo *et al.* (2002), o desenvolvimento da economia brasileira pode ser caracterizado por quatro fases:

- isolamento relativo ou arquipélago regional: antigos complexos exportadores que dominaram diversas regiões brasileiras até o início do século XX;
- articulação comercial: esta fase segue a primeira etapa da industrialização no Brasil, a qual estava concentrada no Sudeste, principalmente em São Paulo, e marcou a economia brasileira até os anos 1960;

- articulação produtiva: processo de desconcentração espacial das atividades econômicas em relação ao centro São Paulo/Sudeste, nos anos 1970 e 1980;
- desenvolvimento regional difuso: processo de reconcentração espacial das atividades econômicas e fragmentação de núcleos dinâmicos das mesmas;

Para fins deste trabalho, considera-se o desenvolvimento regional da economia paranaense neste contexto, o qual pode ser comparado ao brasileiro (Quadro 1).

Quadro 1 - Fases do Desenvolvimento Regional

ECONOMIA BRASILEIRA	ECONOMIA PARANAENSE
Arquipélagos Regionais - complexos regionais exportadores que perduraram até o início do séc. XX	Economia do Mate
Articulação Comercial - concomitante à primeira etapa da industrialização brasileira, concentrada principalmente em São Paulo – até os anos 60.	Economia periférica à de São Paulo - expansão da economia cafeeira
Articulação Produtiva - processo de desconcentração espacial da atividade econômica em relação ao núcleo dinâmico da economia brasileira (São Paulo) - percorre os anos 70 e alcança os 80	Industrialização complementar à do núcleo dinâmico (São Paulo) - expansão da metal-mecânica e da agroindústria; - modernização da indústria tradicional (madeira, papel, alimentos, etc)
Desenvolvimento Regional Difuso - concentração poligonal (Região Centro-Sul) - ilhas de produtividade - a partir do final dos anos 60	Integração à rede de Núcleos Dinâmicos da economia brasileira - forte diversificação da estrutura industrial e adensamento das relações interestaduais.

Fonte: Macedo *et. al.*, (2002, p. 9)

Padis (1981) passou a entender o Paraná como um modelo de economia periférica a partir da fase de articulação comercial. As relações entre centro e periferia, clássicas do modelo cepalino para explicar os problemas de industrialização em países atrasados, foram reproduzidas para as regiões brasileiras. Segundo o autor, foi a industrialização de São Paulo que determinou uma divisão do trabalho no país e às demais

regiões coube o papel de produzir matérias-primas, alimentos, outros produtos agrícolas e exportações (divisas), e entre estas regiões estava o Paraná.

As descrenças estabelecidas, nesta época, em relação aos estrangulamentos dinâmicos de uma economia periférica, às necessidades de avanço do processo de industrialização do Paraná e aos limites e possibilidades do estado em implementar políticas de desenvolvimento, levaram alguns estados a estabelecer uma visão crítica dos desequilíbrios regionais. Os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e de alguns Nordeste, nos anos 1960, tentaram montar um projeto de industrialização autônoma, baseando-se nas seguintes idéias centrais: respostas locais ao tratamento diferenciado concedido pelo governo federal à periferia em relação ao centro dinâmico; autonomia dos estados locais; e, reconhecimento da importância do planejamento dos governos estaduais para superação da situação de periferia.

Para Padis (1981), os avanços da indústria paranaense, verificados desde o final do século XIX, subordinavam-se aos seguintes fatores: vantagens comparativas estáticas existentes (produtos alimentares, madeira, minerais não-metálicos, papel e papelão) e apoio do estado local (infra-estrutura de transporte e energia).

Segundo Piffer *et al.* (2002), foi a industrialização que impulsionou o processo de desenvolvimento brasileiro, e o fez em duas fases distintas: a primeira na década de 1930, considerada como marco inicial da industrialização; e, a segunda na década de 1950, quando iniciou-se a entrada de capitais externos. O autor destaca que este processo possibilitou a criação de um núcleo dinâmico da economia, centrado a princípio no eixo Rio-São Paulo, caracterizando-se pela produtividade com ganhos de escala e pela avançada tecnologia, o qual integrou novas regiões e vinculou-as na dinâmica nacional.

Piffer *et al.* (2002), destaca que as transformações que ocorreram no Paraná, no setor agrícola e industrial, decorreram deste processo. As culturas tecnificadas, insumos e

equipamentos modernos incorporados na agricultura paranaense, nos anos de 1970, oriundos do novo complexo industrial de base agropecuária trouxeram uma grande mudança tecnológica ao estado. Novas áreas foram ocupadas e as áreas tradicionais reestruturadas provocaram uma grande migração da zona rural para os grandes centros.

Entretanto, foi apenas nos anos de 1970 e 1980, que se definiram os limites de desenvolvimento autônomo das economias regionais através dos novos rumos da industrialização, da modernização da agricultura e das diferentes articulações entre capital estatal, capital estrangeiro e capital nacional, induzindo a um processo de desconcentração da atividade econômica a partir do centro dinâmico paulista (PIFFER *et al*, 2002).

Ainda segundo o autor, a economia paranaense firmou-se como um dos elos da rede de núcleos dinâmicos, cada vez mais articulada com o exterior, definindo o processo de criação de riquezas na economia brasileira em substituição à idéia de complementaridade à economia de São Paulo. O ajuste estrutural da economia brasileira à nova ordem mundializada estabeleceu um padrão nacional ao qual a economia paranaense aproximou-se através da política de atração de investimentos externos.

Esta etapa de impulso e expansão industrial da base gestada nos anos 1970 tem como carro chefe a indústria automobilística, liderando um ciclo de investimentos que inclui outros ramos como siderurgia, madeira e agroindústria. Concretamente, na primeira metade da década de 1990, a indústria estadual ajustou seu tecido industrial para retomar, paulatinamente, na segunda metade, seu crescimento (PIFFER *et al*, 2002).

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, o impacto de tais ajustes significou incremento no número de estabelecimentos industriais e do emprego, entre os anos de 1990 e 2000, de 12.853 para 18.933 e de 273.142 para 356.220, respectivamente. Do parque industrial instalado em 2000, segundo a Secretaria

de Estado da Fazenda (SEFA), 85% eram pequenos estabelecimentos, 13,21% médios, e apenas 1,74% grandes estabelecimentos (IPARDES, 2003).

Os setores de produtos alimentares e químicos concentravam os grandes estabelecimentos, que apesar de tradicionais, eram inovativos. Já os médios predominavam nos setores madeira e produtos alimentares, também com relativo grau de inovação tecnológica, ou pertencentes a ambientes propícios à inovação. Os pequenos estabelecimentos estavam concentrados nos setores: vestuário, produtos alimentares, madeira e mobiliário.

O agronegócio, setor importante na estrutura industrial paranaense, formatava-se em uma nova dinâmica, passando de uma posição competitiva por sua base agropecuária e de recursos naturais para uma mudança qualitativa no padrão da sua industrialização, focada em alimentos com valor agregado e sob a forma de bens de consumo final.

O movimento de capitais na busca de maiores níveis de eficiência dos fatores produtivos e de proximidade ao núcleo de inovação, reforçado por incentivos governamentais, definiu uma tendência atual de localização espacial da indústria brasileira com reflexos em nível estadual. A concentração industrial da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), detendo mais de 60% do Valor Adicionado (VA) da indústria do Paraná na década de 1990, acabou por acelerar a concentração setorial e espacial das atividades.

2.2 Urbanização

Na dimensão do que se entende por espaço urbano, tomar-se-á a definição dada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que determina o urbano como “expressão do processo de organização do espaço geográfico pelo desenvolvimento do capitalismo no país” considerando que “o espaço geográfico nacional tende a uma

organização pelo urbano, já que o setor agropecuário vem registrando uma crescente articulação ao setor industrial nas últimas décadas” (IPEA, 1999, p.172).

O fenômeno urbano, entendido como o processo de urbanização da sociedade, caracteriza-se pelo deslocamento populacional das áreas rurais para as urbanas e ocasiona intensas transformações na configuração dos espaços locais e regionais.

Lefebvre (1991) ao estudar o fenômeno urbano, identificou que este se reproduz num processo que ultrapassa os limites da cidade instituídos por lei e atinge a sociedade como um todo. Aprofundou os estudos sobre a questão urbana definindo como sociedade urbana “a realidade que nasce à nossa volta”. A partir de um enfoque sociológico, definiu o “urbano” como sendo a vida urbana, a sociedade urbana.

Atualmente, segundo o autor, acentua-se um processo induzido que pode ser chamado de implosão-explosão da cidade, resultando na extensão do fenômeno urbano para uma grande parte do território. Ressalta, também, que, apesar deste território participar da formação de um tecido urbano fechado, existem diferenças locais e ampliação da divisão do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades.

Ainda expõe o autor supracitado sobre o “assalto da cidade” pela industrialização, uma vez que este processo global expulsa do centro urbano e até da própria cidade o proletariado, inicia um processo de ‘suburbanização’ e descentralização urbana. Para analisar a cidade, considera que não se deve “separá-la daquilo que a contém, nem daquilo que contém, isolando-a como se fosse um sistema completo. No máximo e na melhor das hipóteses, a cidade constitui um subsistema, um subconjunto” (LEFEBVRE, 1991, p.48).

A urbanização resulta fundamentalmente, da transferência de pessoas do meio rural para o meio urbano. Assim, a idéia de urbanização, está intimamente associada à concentração de muitas pessoas em um espaço restrito e na substituição das atividades primárias por atividades secundárias e terciárias. Entretanto, por tratar-se de um processo,

costuma-se conceituar urbanização como sendo o aumento da população urbana em relação à população rural, e, nesse sentido, só ocorre urbanização quando o percentual de aumento da população urbana é superior ao da população rural.

O processo de urbanização no Brasil foi moroso, extenso e profundo referindo-se a mudanças demográficas, sociais e de meio-ambiente, acentuado a partir da década de 1950, quando um grande contingente populacional concentrou-se nas áreas de influência das grandes cidades e em um número reduzido de centros urbanos. O índice de urbanização do Brasil em 1950 era de 36,2% e passou para 81,2% no ano de 2000, conforme se observa na Tabela 2.

No Paraná, a população urbana também cresceu fortemente no período citado, concentrando-se nas décadas mais recentes, devido à reestruturação econômica no estado, modificando profundamente as relações de trabalho e as estruturas agrárias, que geraram o esvaziamento de grandes áreas rurais e direcionaram o fluxo migratório para os centros urbanos (IPARDES, 2003).

Tabela 2 - População Urbana / Grau de Urbanização

	<i>População 1991</i>	<i>Urbanização 1991</i>	<i>População 2000</i>	<i>Urbanização 2000</i>	<i>População 2005</i>	<i>Urbanização 2005</i>
Brasil	146.825.475	75,59	169.872.856	81,25	184.184.264	82,82
Paraná	8.448.713	73,36	9.564.643	81,41	10.261.856	83,85
RMC	-	90,71	2.726.580	91,18	3.186.099	90,63
Toledo	94.879	81,20	98.200	87,49	105.691	-

Fonte: IBGE 2000

A população do Paraná saltou de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes em 1950, para aproximadamente 7 milhões em 1970, com taxas geométricas na média de 5% ao ano. A partir de 1970, embora o crescimento populacional tenha continuado, as taxas baixaram e mantiveram-se, nas duas décadas seguintes, menores que 1% ao ano, revelando

que o estado estava perdendo sua característica de absorvedor de migrantes externos, chegando a apresentar o menor crescimento populacional dentre as unidades federativas brasileiras no período. A recuperação deu-se a partir de 1991, quando a população voltou a crescer à taxa de 1,4% a.a. entre 1991 e 2000, e o estado atingiu 9,5 milhões de habitantes sendo que a participação da população urbana no total da população paranaense manteve-se acentuada (IPARDES, 2005).

Foram distribuídos 7,7 milhões de habitantes nas áreas urbanas do Paraná e o remanescente, na ordem de 18,6% do total da população em 2000, continuava no meio rural. Nos anos de 1950, em torno de 95% dos municípios paranaenses tinham mais da metade da população vivendo em áreas rurais e já em 2000, em apenas 29% dos municípios este quadro persistia. Em 2000, próximo de 10% dos municípios apresentavam grau de urbanização superior a 90%. A taxa de urbanização de Toledo teve um incremento de 7,75 %, passando de 81,20% em 1991, para 87,49% em 2000, valores bem acima das taxas verificadas para o Brasil e para o Paraná, ficando abaixo apenas da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, confirmando, uma vez mais, o esvaziamento do campo em detrimento das oportunidades e desenvolvimento urbano verificados (IPARDES, 2005).

As estruturas urbanas existentes foram sobrecarregadas pelo intensivo processo de urbanização, provocando impactos nas infra-estruturas e equipamentos disponíveis. No interior do estado, as mudanças também tiveram sua expressividade e Foz do Iguaçu, na Região Oeste, destacou-se, saltando de pouco mais de 30 mil habitantes em 1970 para quase 260 mil em 2000.

O processo mercadológico de ocupação da terra, nos municípios que cresceram, abriu espaço à informalidade e formação de favelas, ocupações e loteamentos irregulares em áreas ambientalmente vulneráveis, tornando instável a vida das populações que aí se localizaram. Os investimentos necessários em infra-estrutura e serviços urbanos voltados

à coletividade (saneamento básico, saúde, educação e transporte público) eram mínimos e, com alto grau de gravidade, a oferta de postos de trabalho tornou-se incompatível com a demanda gerada. Somada a precarização do emprego, acentuou-se a pobreza, reforçando a insegurança e impondo ao estado a assunção do seu papel de provedor.

As áreas com maior grau de urbanização acabaram respondendo pelos indicadores econômicos mais expressivos, mas, também, por elevadas taxas de carência, fenômeno comum observado nos municípios que perderam população. A ociosidade de equipamentos e infra-estrutura e a configuração de cidades-dormitórios para os municípios com menor população, aliados à concentração da riqueza nos centros urbanos altamente populosos fez com que a urbanização paranaense associasse o urbano não só à modernidade, mas também à pobreza (IPEA, 2002).

Santos (1993) reitera a tendência de aceleração da urbanização, discutindo a ‘desmetropolização’ em oposição ao fenômeno da ‘desurbanização’ encontrado em países de primeiro mundo. Afirma que aqui o que “se está verificando é a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações” (SANTOS, 1993, p. 83), tendo como principal característica o rompimento das fronteiras entre os municípios.

As aglomerações reforçam o crescimento elevado dos municípios, especialmente aqueles próximos aos pólos, aumentando as inter-relações entre as aglomerações vizinhas e até extra-estaduais. Entretanto, Santos (1993) observa que, se por um lado, a modernidade acaba por excluir os pobres e trazer os trabalhadores rurais para a vivência urbana, por outro, a cidade absorve estes e não evita os crescentes níveis de segmentação social e espacial.

A desorganização na ocupação e uso dos solos, aliada à privatização dos espaços públicos das cidades, os quais favoreciam a socialização e difusão do modo de vida urbano e possibilitavam a participação e o debate da consolidação da cidade, eliminaram a possibilidade do encontro e construção política entre os cidadãos.

As cidades foram reorganizadas e adequadas às exigências urbanas de grandes projetos, relegando as prioridades sociais aos investimentos em infra-estrutura e serviços para a concorrência na atração de atividades econômicas. Os centros que ofereceram melhores vantagens comparativas como subsídios de instalação, inexigibilidade de impostos entre outros, acabaram beneficiados, contudo aprofundaram o desnível na capacidade financeira dos municípios e criaram dificuldades no atendimento das demandas sociais incrementadas pelo grande fluxo populacional (MOURA, 2004).

A produtividade e o desempenho econômico, como tendência, seguirão favorecidos pela concentração urbana já que esta garante a eficiência do sistema econômico e nela acabam por se intensificar a criatividade, a aprendizagem, a inovação e as articulações entre o governo e a sociedade.

Para Santos (1993), o Brasil transforma-se de um país agrário em um país com uma urbanização generalizada, no qual os trabalhadores agrícolas vivem cada vez mais em residências urbanas, e o Paraná enveredou pelo mesmo caminho. A separação entre rural e urbano no Brasil é finalizada, uma vez que ocorre uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (que inclui áreas urbanas), resultando em “áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e (...) áreas rurais adaptadas às demandas urbanas”. Urbaniza-se não mais a cidade, mas sim o território, tornando-se aquela o local da regulação, anteriormente ocupado pelo campo.

2.3 Capital Social

Ao analisar o tema capital social, observa-se que nestas duas últimas décadas o conceito tornou-se referência importante para a análise do desenvolvimento comunitário e sustentável e expressa um novo sentido a partir da articulação dos sujeitos sociais que o promovem. Assim, o capital social sugere uma nova compreensão acerca do

desenvolvimento regional, fundamentada no próprio conceito. O capital social é traduzido como uma derivação formal da economia de mercado e como tal, é completamente funcional ao processo de globalização contemporânea (BECKER, 2003). Polanyi (2000, In: BECKER, 2003) conclui que “uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado”. Podemos então dizer que capital social é uma derivação formal da economia de mercado.

O mercado pode definir e determinar tanto a quantidade como a qualidade dos recursos culturais necessários ao processo econômico, transformando a cultura em mercadoria. Os indicativos para a definição do desenvolvimento regional sugerem o estudo a partir da compreensão das múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação apresenta. Em face disso, entende-se que só acontecerá o desenvolvimento se houver a capacidade cultural acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos no intuito de construir e constituir o seu próprio padrão de desenvolvimento.

A partir do início da década de 1990, no Brasil, quando aconteceram simultaneamente a crise fiscal do Estado e os processos de descentralização da economia, houve uma valorização das políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano, formuladas e implementadas por governos locais. No setor privado as mudanças aconteceram pela reconfiguração dos padrões de produção e pela indução decorrente do processo de globalização. Com o desenvolvimento tecnológico, houve o aumento do desemprego estrutural e uma queda brusca na renda dos produtores familiares. Os governos concentraram atenção em torno de alternativas, e no setor agrícola foram necessárias medidas de modernização. Um novo modelo de desenvolvimento foi necessário, pois as grandes empresas cresceram com desigualdades regionais e a distribuição de renda ficou ainda mais desigual entre os diferentes grupos sociais (MORAES, 2003).

Segundo Moraes (2003), a partir do desenvolvimento rural, que com suas peculiaridades ocorreu também na Europa, fundamentaram-se estratégias de competitividade

e, conseqüentemente, programas básicos de implantação de novas estratégias de desenvolvimento. Passou-se a cuidar das especificidades territoriais, locais e regionais, abrindo-se espaço para a participação da população local na elaboração e implantação destas políticas, sob a visão de buscar o desenvolvimento humano e a elevação da qualidade de vida. As profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento procuraram responder às mudanças nos processos produtivos e aos seus resultados. A partir dos desequilíbrios regionais, os estudos centraram esforços em teorias que pudessem dar conta de variáveis fundamentais como a sustentabilidade e a endogenia.

O desenvolvimento endógeno “se baseia na execução de políticas de fortalecer e qualificar as estruturas internas dos territórios”, tendo como objetivo a consolidação de um desenvolvimento genuinamente local, criando as condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas (AMARAL FILHO, 1996, *apud* MORAES, 2003). “Por esta teoria estuda-se a importância da sociedade, das relações sociais e da capacidade de cooperação dos seus atores, para o desenvolvimento de um território” (GODARD, 1987, *apud* MORAES, 2003). A sociedade civil, através da solidariedade, integração social e cooperação local, pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação socioeconômica num território. A comunidade passa a ser o próprio sujeito do desenvolvimento no seu espaço, ampliando suas margens de decisões e autonomia nas decisões sobre seus destinos.

Capital social é a expressão recente nas pautas e literaturas de governos, ONG`s e organismos internacionais. Nos anos 1960, usou-se a expressão capital humano, que, na década de 1990, passou a ser traduzido para capital social, enquanto fator de desenvolvimento. Este conceito é o que dá significado à presença e à qualidade das relações sociais para desencadear um processo de desenvolvimento. Capital social, então, significa relações sociais institucionalizadas na forma de normas ou de redes sociais (MORAES, 2003).

Já Putnam (*apud* MORAES, 2003, pg.) conclui que:

Capital social é o conjunto de características da organização social, onde se incluem as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. Quando existe o capital social em uma Região torna-se possível a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício de toda a comunidade, com a determinação dos níveis de desenvolvimento socioeconômico e sendo determinante pelas práticas culturais acumuladas pela população”.

O capital social em um território específico regional, só será ampliado se houver o apoio institucional, credibilidade e sustentação política. Oportunizar o planejamento participativo é a estratégia para consolidar um novo tipo de sociedade local ou territorial, com o exercício da cidadania, para que os movimentos sociais possam adquirir forma, a identidade cultural seja fomentada e as práticas sociais e a produção de conhecimentos sejam expressões da articulação dos sujeitos sociais de um espaço partilhado. Todo desenvolvimento regional, seja ele de ordem estadual, regional, municipal, local, ou distrital, indica um conjunto variado de ações que permitem evidenciar questões relacionadas ao desenvolvimento de seus atores e espaços de gestão.

O desenvolvimento regional, tanto rural quanto urbano, relaciona-se com a capacidade, competência e habilidade das comunidades e com a identidade social e histórica deste território e ele se desencadeará se houver empreendimentos, gestão sustentável, incorporação de novos conhecimentos, transformações externas e internas, visando atender às necessidades locais.

No desenvolvimento regional do Oeste do Paraná merece a importância do setor agrícola, uma vez que há interfaces importantes não apenas na própria estrutura agrária como nas instituições que lhe dão o suporte, as políticas setoriais, as disputas das classes, as condições legais de acesso a terra, os conflitos sociais, as relações sociais e os mercados abertos pela fonte de matéria-prima que o setor agrícola representa à industrialização no próprio território ou fora dele.

3 FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

3.1 Localização e Breve Caracterização

O território forma-se a partir das vivências sociais e das redes de relações estabelecidas entre as pessoas num determinado lugar. A partir disto são criadas estruturas de cooperação para gerir e sustentar estas redes, como associações de moradores, de agricultores e de empresários, clubes de serviços, escolas, entre outras (TOLEDO, 2006). Pode-se concluir que o território é uma área do espaço geográfico, espaço também entendido como expressão da sociedade, no seu processo de apropriação (SCHALLENBERGER, 2006b).

Todo território compreende pelo menos quatro dimensões e modos próprios de combinação entre elas: 1) Uma herança natural; 2) Uma herança cultural; 3) Um sistema de engenharia ou de objetos técnicos e culturais historicamente construídos; 4) Um conjunto de organizações sociais, econômicas, culturais e políticas, que dá origem ao que se chama, atualmente, capital social (TOLEDO, 2006, p. 17).

Para Santos (2002), território entende-se como a extensão apropriada e usada e o sentido de pertencer ao território, como espaço de vivência, de reprodução e de construção do futuro, é considerada a territorialidade. Como territorialidade ainda pode-se entender a forma de como o território é apropriado, a qual conduz ao nascimento de relações sociais e de compromissos com este espaço (SCHALLENBERGER, 2006b).

Para que o desenvolvimento territorial aconteça é necessário que o capital social, ou seja, os indivíduos e suas organizações promovam uma melhor utilização dos ativos econômicos coordenadamente, corroborando, com isto, a vocação natural do território através de seu meio ambiente (TOLEDO, 2006).

Os municípios limítrofes a Toledo são: ao Norte, Maripá e Nova Santa Rosa; ao Sul, Santa Tereza do Oeste e São Pedro do Iguçu; a Leste, Assis Chateaubriand, Tupãssi e Cascavel; e a Oeste, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon e Ouro Verde do Oeste (TOLEDO, 2004).

Seu relevo é ligeiramente ondulado ao Norte e Leste, quase plano no centro e um pouco acidentado ao Nordeste e Sudeste. Sua altitude é de 547m acima do nível do mar e seu solo é do tipo latossolo roxo com grande fertilidade, o que lhe empresta condições favoráveis à produção agrícola como a boa capacidade de retenção de água, a ventilação e permeabilidade e sua acidez. Seu clima é subtropical úmido meso-térmico, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração de chuvas nos meses de verão (Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR).

Foi a partir destas características de solo, clima e condições de produção que os colonizadores vislumbraram uma nova fronteira agrícola. Motivados pela empresa colonizadora MARIPÁ, que deu guarida às famílias de colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 27 de março de 1946 iniciou-se em Toledo um processo de ocupação do espaço, que, além das unidades familiares de produção, contemplava também a formação de povoados. Primeiramente, os italianos liderados pelos irmãos Alfredo e Zulmiro Ruaro implantaram as bases do projeto de colonização, abrindo picadas e ruas que possibilitassem o acesso a terra e a constituição do primeiro núcleo urbano (GRONDIN, 2007). Posteriormente, sob a liderança de Willy Barth, vieram os alemães, que, com a integração de outros habitantes do sudeste do país, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, contribuíram com a pluralidade étnico-cultural do território em construção.

Conforme Toledo (2004), no início da colonização o atual Município de Toledo era coberto por densa floresta, rica em araucárias, o que originou a saga das empresas que aqui foram instaladas com vistas à exploração da madeira. A floresta estava permeada de

pinheiros e de áreas de madeiras nobres como a peroba, o cedro, a cabriúva, o louro, o pau d'algo, o ipê, o marfim e outras espécies, indicando, além da grande fertilidade do solo, uma reserva importante para as edificações dos colonos e para a exploração das empresas. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, a exportação da madeira serrada ou de toras para a Argentina e o Uruguai foi intensa. A exportação da madeira e, no mesmo período, da erva-mate, abundante nas áreas próximas a Toledo, era feita pelo Rio Paraná através de barças, que também levavam turistas e passageiros ribeirinhos.

3.2 A Colonização e o Nascimento de uma Cidade

Embora se saiba que o território do atual Município de Toledo esteve inserido no contexto de fixação de fronteiras dos impérios ibéricos e tenha integrado o espaço missioneiro da antiga Província do Guairá (SCHALLENBERGER, 2007), a sua efetiva integração ao território brasileiro remete-se para um período mais recente da história.

Se os tratados entre Portugal e Espanha procuravam dar conta das fronteiras coloniais da Região da Bacia do Prata, a guerra contra o Paraguai agravou o problema fazendo emergir políticas de integração e de ocupação dos territórios fronteiriços. O tratado da Livre Navegação do rio Paraná possibilitou o acesso a exploração das riquezas nativas nas regiões que davam acesso ao leito do grande rio e do mato Grosso. No final do século XIX e início do século XX, companhias argentinas, muitas vezes consorciadas aos ingleses, controlavam a exploração da madeira e da erva-mate na região através das “obrages”, descritas por Wachowicz (1982). O complexo extrativista compreendia um conjunto de serrarias, companhias de navegação e indústrias ervateiras, sendo estruturado a partir da matéria-prima abundante e, sobretudo, da exploração da mão-de-obra dos guaranis (SCHALLENBERGER, 2007). A partir do desmembramento da região paranaense da Província e São Paulo, em 1853, a exploração e o desbravamento do seu território foram

intensificados. A marcante presença de companhias estrangeiras fez com que o governo provincial lhes abrisse concessões para a exploração da madeira e da erva-mate. Mesmo assim, a estratégia da integração territorial continuou e, a partir das expedições que se orientavam pelo curso do rio Iguazu ao Paraná foi fundada em 1889 a Colônia Militar de Foz do Iguazu. A Colônia Militar deu origem ao povoamento incipiente, que, em 1914, adquiriu a expressão de Vila Iguazu. Era dominante, no entanto, a ação predatória das companhias estrangeiras na região oeste do Paraná. Madeiras de lei e erva-mate eram os produtos-alvo do extrativismo.

A Fazenda Britânia, concessão adquirida pelos ingleses da Companhia de Maderas del Alto Paraná, em 1905, com sua sede operacional situada no Porto Britânia, media aproximadamente 43 quilômetros, estendendo-se ao longo do Rio Paraná, desde a foz do Rio Guaçu até a do Rio São Francisco Falso, adentrando-se cerca de 78 quilômetros de Oeste a Leste, o que lhe conferiu a forma de um retângulo. Compreendia 274.752.846 hectares de matas nativas e de riquíssima fauna. Um grupo de pessoas ligadas ao comércio atacadista gaúcho resolveu adquirir a Fazenda Britânia e, para isso, constituiu a empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, tendo como atividade inicial a exportação de madeira. Na medida em que os atrativos da extração de madeira foram definindo e com a política do governo federal de integrar a região ao território nacional, através da formação de uma nova fronteira agrícola, o latifúndio foi dividido em pequenas propriedades, de aproximadamente 25 hectares. Para fomentar o processo de colonização, foi incrementada uma boa infra-estrutura, que além de garantir as relações de vizinhança, teria que possibilitar às famílias de colonos a produção da subsistência, através de uma agricultura diversificada, e a geração de renda, através da inserção de produtos de valor comercial no mercado (NIEDERAUER, 2004).

Segundo Grondin (2007), os primeiros trabalhadores foram contratados para o serviço de desbravamento e para a abertura de estradas na região, dentro de um projeto de

colonização, mas sem o objetivo de formação de uma cidade. Mas, Alfredo Ruaro, fundador de Toledo para o autor, possuía a visão de que era necessária a construção de um centro urbano, em se considerando um projeto dessa envergadura.

A colonizadora estruturou, então, a planta de uma pequena vila, logo a oeste da margem direita do Arroio Toledo. Segundo Grondin (2007), o traçado e a primeira quadra do município de Toledo foram obras do Padre Patuí que desejava construir sua casa própria, além de erguer a igreja da comunidade. As ruas foram traçadas no sentido norte-sul e leste-oeste, com praças e logradouros, tendo, desde logo, sido fixados alguns pontos, como igrejas, escritório da empresa, casa comercial, hotel, etc. (NIEDERAUER, 2004).

A característica do traçado das primeiras ruas de Toledo remete-se à cidade romana. Por motivos religiosos, a cidade romana toma a forma retangular, e as duas ruas principais são determinadas como: *cardo* - a que corria de norte para sul; e *decumannus* - que corria de leste para oeste. Somado a este tipo axial de cidade, as ruas principais cruzavam-se no centro em um ângulo reto, levando a este ponto o depósito das relíquias sagradas e o lugar usual de encontro (MUNFORD, 1895, p. 228-229). As primeiras ruas partiram da Sete de Setembro, formando uma quadra. Logo após agrimensores foram contratados para medir e traçar a futura cidade, constando de ruas e avenidas largas, além de dividi-la em lotes de 10 alqueires, conforme determinavam as leis federal e estadual de 1850 e 1854, formando em seguida três tipos de propriedade: o lote urbano, a chácara e a propriedade rural, de diferentes dimensões (GRONDIN, 2007).

Do fim de 1946 até fevereiro de 1948 foram construídas 15 moradias, a primeira igreja e o colégio das Irmãs. Em 1949 já havia 32 casas. Todas foram erigidas no quadrilátero delimitado pela Avenida MARIPÁ e as Ruas Sete de Setembro, São João e Rui Barbosa (GRONDIN, 2007, p.132).

Os trabalhadores que pretendiam fixar-se na sede adquiriam um lote, de valor simbólico, a ser pago em parcelas. Ao longo das estradas que se orientavam no sentido

da vila de Toledo para o interior, foram fundadas outras vilas, pela colonizadora, distando, mais ou menos, 20 quilômetros uma da outra, com o objetivo de difundir a colonização pela região. Essas vilas deram origem aos atuais distritos de Toledo e a mais sete são municípios. Dentro da mesma área da antiga Fazenda Britânia, existem hoje duas comarcas: Toledo e Marechal Cândido Rondon.

No período de 1946 a 1949, vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina 541 gaúchos que trabalharam esporadicamente na construção das estradas (picadas) e no corte e transporte da madeira até o rio, além dos numerosos funcionários da MARIPÁ. Os elementos paraguaios começaram então a aparecer em busca de serviços. Vieram também poloneses já enraizados em Cascavel, constituindo mão-de-obra indispensável para os trabalhos a serem realizados (GRONDIN, 2007).

No início da colonização, a empresa colonizadora MARIPÁ preocupava-se praticamente com tudo. Possuía armazém próprio para abastecimento de seus empregados, oficina mecânica para manutenção de seu parque de máquinas, explorava a madeira e abria as estradas que necessitava. A partir de 1947, surgiram diversas empresas que passaram a explorar a madeira sob concessão da MARIPÁ. A ampliação do leque de atividades da empresa gerou oportunidades para que os funcionários pudessem participar como sócios de alguns empreendimentos da colonizadora, resultando daí um processo de participação comunitária da população de Toledo, que teve como resultado prático a constituição do Empório Toledo e outros (HEIS, 1984).

Alicerçado nas práticas agrícolas dos colonos do sul, que tinham na suinocultura um dos esteios de sustentação econômica, foi erguido um pequeno frigorífico para atender absorver a oferta da produção excedente e as demandas do mercado. Oficinas mecânicas, impressora gráfica, uma empresa de implementos agrícolas e produtos em geral, a edificação de um hospital e as usinas hidrelétricas para a geração de energia foram diversificando atividades e funções, que progressivamente passaram a expressar uma

complexa rede de relações urbanas (GONZATTO, 1985).

Segundo Niederauer (2004), no que se refere ao aspecto político-administrativo, Toledo nunca chegou a ser vila ou distrito antes da sua constituição enquanto Município. Pertencia à Comarca de Foz do Iguaçu. Em 14 de novembro de 1951 a Assembléia Legislativa criou o Município de Toledo, mas a sua implantação só veio a ocorrer em 14 de dezembro de 1952, ocasião em que tomou posse o 1º prefeito de Toledo, Ernesto Dall'Óglio.

3.2 A Modernização Agrícola e o Êxodo Rural

O modelo agrícola implantado em Toledo foi estruturado com base nas relações familiares de produção, centrado na auto-suficiência alimentar, mas, desde o início esteve voltado para a inserção dos produtos agrícolas no mercado. A estruturação de uma rede de unidades cerealistas possibilitou o escoamento da produção nas três primeiras décadas da colonização. Com a especialização agrícola em torno da produção de grãos, surgiu a necessidade de uma logística mais aprimorada, principalmente no que diz respeito à armazenagem, transporte e fornecimento de insumos. Esta necessidade, estimulada, sobretudo, pela política agro-exportadora, a da inversão de capital no campo, fez surgir no ano de 1970, a Cooperativa Agrícola do Oeste Ltda – COOPAGRO, que seguia o espírito cooperativista, implementado no Sul do Brasil pelos imigrantes e colonizadores aqui instalados.

A especialização agrícola em torno do consórcio soja-trigo e a manutenção de culturas tradicionais como o milho, o feijão e a mandioca, que, destinados primordialmente para o abastecimento alimentar, tanto humano, quanto animal, fomentou o surgimento de indústrias como os moinhos de trigo e milho e as beneficiadoras de farinha de mandioca. O trigo chegou a ocupar uma área de plantio de 90.000 hectares no final da década de 1970,

sendo reduzida consideravelmente de 1981 a 1985, em virtude das fortes geadas e mudanças climáticas ocorridas, conforme se observa na Tabela 3. A soja demonstrou maior regularidade em área e produção, mantendo-se em constante crescimento. O milho, produto básico para a alimentação animal, ocupava uma área regular de 35.000 hectares da área cultivada do município, expandindo-se e retraindo-se conforme o cultivo da soja e do trigo. O feijão sofreu uma redução progressiva da área de produção, dependendo de cada município da Região Oeste do Paraná. Além destes produtos agrícolas, que caracterizaram a base da produção municipal e regional, Toledo produzia também neste período: algodão, arroz sequeiro e mandioca. A venda e o emprego de maquinário agrícola também teve um grande impulso na década de 1970, comprometendo os maiores financiamentos rurais. (TOLEDO, 2004).

Tabela 3 - Produção Agrícola Municipal

Ano	1976-1979		1980-1989		1990-1999		2000-2003	
	Produção (ton)	Área (HA)						
Soja	520.035	280.000	1.754.849	854.628	1.350.544	523.900	662.545	133.000*
Trigo	278.041	255.000	876.149	691.791	511.079	309.560	140.501	56.000
Milho	197.180	90.000	1.414.106	376.000	882.031	207.100	366.700	55.000
Feijão	6.690	13.000	7.264	14.100	154.260	2.006	1.800**	1.200**

Fonte: SEAB/DERAL 2003; 2004

Obs: Em 1991 ocorreu o desmembramento de Ouro Verde do Oeste.

Em 1993 ocorreu o desmembramento de São Pedro do Iguaçu.

* Não foi informada a área referente ao ano de 2000.

** Não foram informadas a área e a produção de feijão referente ao ano 2000.

Essas transformações no Município de Toledo e na Região Oeste do Paraná estão intimamente relacionadas ao modelo econômico brasileiro, que, desde a década de 1930 até os anos de 1960, estimulou o desenvolvimento nacional, através da modernização da produção agrícola e industrial e da infra-estrutura. Em Macedo (2002), é possível constatar que, com o avanço do setor cafeeiro paulista na década de 1940, a indústria brasileira abriu espaço para as atividades agroindustriais, voltadas em grande parte para a exportação de café *in natura* e industrializado. Os paulistas passaram, a partir da década de 1960, à liderança

absoluta na produção industrial e o Paraná ficou com o papel de fornecedor de matéria-prima agrícola. Numa visão crítica dos desequilíbrios regionais, vários estados brasileiros, dentre eles o Paraná, começaram a montar um projeto de industrialização autônoma.

No Paraná o “modelo paranista de desenvolvimento”, agenciado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR), tinha como objetivos: a integração do Estado, principalmente das fronteiras de ocupação do Oeste; a integração vertical da indústria paranaense; e o fortalecimento e a expansão dos pequenos e médios capitais locais (MACEDO, 2002, p. 8-11).

Para Hirschmann (1961), no processo de desenvolvimento interferem fatores locais, não baseados apenas na mensuração de variáveis econômicas, mas sim nas potencialidades de uma determinada região geográfica (recursos naturais, vocação trabalhista e produtiva e fatores sócio-culturais, fruto das relações de conflito, competição e cooperação). A formação, internalização e localização das culturas, dos gostos, dos desejos, das fantasias, das sociedades, dos ambientes com diferentes padrões morais e culturais transformam-se na mola propulsora do novo padrão de acumulação. Em outros termos, o capital social, como derivação de uma economia globalizada e entendido como o conjunto de regras sociais e morais de uma sociedade organizada, acaba por determinar os rumos do crescimento econômico e, por conseguinte, do desenvolvimento local.

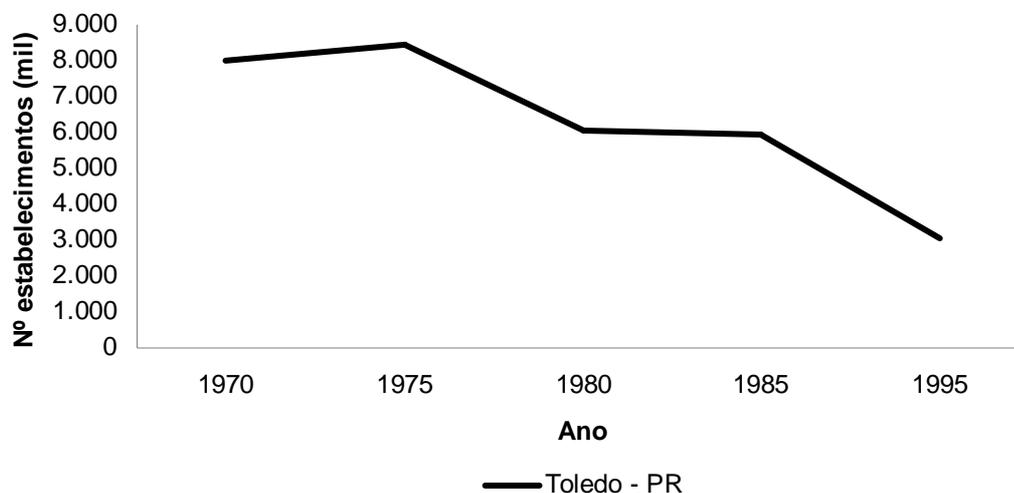
A sociedade civil, através da solidariedade, integração social e cooperação local, pode ser considerada a principal agente de modernização e transformação socioeconômica num território. A comunidade passa a ser o próprio sujeito do desenvolvimento no seu espaço, ampliando suas margens de decisões e autonomia nas deliberações sobre seu destino.

Durante a década de 70, ocorreu no Brasil uma grande transformação produtiva na agricultura nacional, através do surgimento de novas atividades industriais, que possibilitaram uma maior inserção das economias regionais ausentes do crescimento do

produto nacional até aquele momento. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II definiram os limites de desenvolvimento “autônomo” das economias regionais, desconcentrando a atividade econômica do eixo paulista. O PND I (1972-1974) iniciou a fase que ficou conhecida como “milagre brasileiro”, caracterizada pelo crescimento econômico acelerado, grande afluxo de capitais externos e substituição das importações através de grandes projetos de integração nacional e expansão das fronteiras de desenvolvimento. O PND II (1975-1979) enfatizou o investimento em indústrias de base e a busca da autonomia em insumos básicos através do estímulo à pesquisa de petróleo, o programa nuclear, o programa do álcool e a construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu (MACEDO *et. al.*, 2002).

Estes planos e outros tantos trouxeram para a Região Oeste especialistas em agricultura, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas e sociais que tinham como meta o aumento da produtividade através da implementação de novas tecnologias. A monocultura da soja foi a escolhida, mudando radicalmente a estrutura agrária de Toledo transformando os anos 1970 na “década de ouro da soja”.

Observando-se o Gráfico 1, verifica-se a diminuição no número de estabelecimentos rurais entre 1970 e 1980, confirmando-se o modelo de latifúndio adotado pelo complexo soja-trigo em detrimento da pequena propriedade instalada à época da colonização. Este número caiu constantemente no decorrer dos anos e em 1995, chegando ao número de 3.032 estabelecimentos. O incremento de 6%, que se observou em 1975, está ligado à instalação da indústria de carnes de suíno e aves da Sadia, que incentivou os pequenos produtores a investirem em suas propriedades para suprir a demanda da empresa.

Gráfico 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários

Fonte: Dados brutos IBGE

O impacto da nova conversão do capital no campo e o incentivo em torno da produção de grãos, principalmente sob a forma de financiamentos bancários, fez com que houvesse uma expansão das áreas de produção num primeiro momento, retraindo-se em algumas safras, por frustração advinda de secas e outras intempéries, provocando também a diminuição de subsídios.

A monocultura, principalmente da soja, implantada neste período, apesar do sucesso comercial, pautado na exportação e verificado no decorrer dos anos, trouxe consigo desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais. A área plantada com soja aumentou consideravelmente e terras virgens foram incorporadas à produção, além do que houve a substituição de diversos cultivos pela soja. Uma séria degradação ambiental foi provocada por práticas inadequadas de cultivo intensivo como a erosão, a perda de solos férteis, o assoreamento, a poluição de importantes cursos d'água, o desaparecimento de nascentes e, até mesmo, a perda de ecossistemas completos.

A exigência de áreas maiores afetou, também, o processo de colonização e desenvolvimento do município de Toledo. A decisão de especializar-se na produção de poucos produtos, por si só, estagnou a diversificação agrícola antes verificada, incentivando o agora proprietário de grandes extensões de terra a plantar soja e trigo onde fosse possível. O pequeno agricultor de outrora, que plantava sua subsistência, além do que comercializava, passou a comprar no mercado da cidade inclusive víveres como verduras, legumes e frutas. Os agricultores familiares que aderiram a esse modelo de produção se endividaram com os financiamentos para comprar maquinários e insumos. A opção do governo brasileiro pelo incentivo à produção de soja, elevando este produto a *commodity*, transformou o Brasil num dos maiores produtores mundiais da leguminosa, destinada na sua quase totalidade à exportação, já que o produto não fazia parte da cultura alimentar do brasileiro, pelo menos àquela época.

No final da década de 1970, aconteceu o mais expressivo processo de êxodo rural no Brasil, no Paraná, em Toledo e, por conseqüência, o aumento da população urbana, conforme é possível observar na Tabela 4. O aumento do número de grandes extensões de terra, as constantes oscilações dos preços mínimos da produção agrícola, assim como o aumento excessivo do preço dos insumos, a super valorização do maquinário, os planos econômicos, somando-se ainda às dificuldades de os pequenos agricultores obterem financiamentos, fizeram o homem do campo, o pequeno e médio, vender suas terras e alojar-se nas cidades.

Tabela 4 - Distribuição da População Urbana e Rural de Toledo

<i>Situação do domicílio</i>	<i>Ano</i>			
	1970	1980	1991	2000
Urbana	15.040	43.029	72.402	85.968
Rural	53.845	38.258	22.477	12.232
Total	68.885	81.287	94.879	98.200

Fonte: IBGE Censo 2000

Em 1970, Toledo concentrava apenas 21,83% da sua população no meio urbano. Já em 1980, este contingente populacional alcançou 52,93%; em 1991, 75,93% e em 2000, 87,54% da população residiam na área urbana do Município. Este rápido crescimento urbano não pode ser creditado exclusivamente ao deslocamento da população rural para a cidade; a expansão do setor industrial também atuou como agente de atração de mão-de-obra regional.

Os municípios que não puderam absorver os migrantes que a soja e o trigo expulsaram, começaram a definhar. O comércio e outros serviços como cartórios, hospitais, bares, restaurantes e hotéis tornaram-se inviáveis. A riqueza gerada pela monocultura concentrou-se, cada vez mais, nas mãos de poucos e, de outro lado, aumentou o montante dos excluídos. Prefeitos, vereadores e líderes comunitários procuraram soluções, apontando para uma única direção, a industrialização dos municípios, através da atração de capitais. Para isso aprovaram muitos incentivos: terrenos sem custo, infra-estrutura de graça, isenção de impostos por anos, mão-de-obra barata. Algumas empresas interiorizaram-se, mas o capital externo, sem nenhuma ligação cultural ou social com o local, sedento de lucratividade, gerou pouco trabalho e renda para as populações locais e, tampouco, assumiu compromisso com estas comunidades (ACIT, 1983).

O processo de desenvolvimento de Toledo ocorreu de forma acelerada. No início, esteve intimamente relacionado com a dinâmica das comunidades agrícolas, tendo que fomentar a industrialização em face da expansão das relações capitalistas no campo, gerando

concentração de propriedade, especialização da produção e liberação da mão-de-obra, deslocando-a para a cidade. O urbano e o rural em Toledo têm inter-relação profunda, deixando expressas as representações simbólicas e as práticas culturais de uma sociedade agrária.

3.3 Planejamento Municipal e Plano Diretor

Os processos de urbanização das cidades brasileiras e, por conseguinte, de Toledo, além de acelerado e voltados à concentração, ocorreram de forma desordenada, gerando desigualdades e ineficiências no acesso a bens e serviços urbanos. A poluição ambiental, os congestionamentos de tráfego, a baixa qualidade nos serviços e nos espaços construídos, o crescimento do setor informal e das áreas ocupadas precária e ilegalmente são sinais característicos de pobreza.

A cidade é o espaço onde os homens, num movimento constante, produzem, reproduzem e consomem, influenciando o conjunto da cidade com maior ou menor intensidade (SILVA *et al.*, 2003). Qualquer um e todos os comportamentos individuais acabam causando interferências no coletivo, de algum modo, e, quando os equilíbrios são afetados, é necessário dispor de mecanismos que regulem, minimizem ou possam evitar os conflitos.

Foi na segunda metade do século XIX, época marcada pelo intenso crescimento urbano no mundo, que o desarranjo das cidades passou a exigir meios de controle para garantir uma gestão eficiente. Surge então o planejamento.

Como o conjunto de recursos que permite compreender os diferentes fenômenos que contribuem para modificar a cidade ou que interferem em seu desenvolvimento, visando estabelecer seu 'projeto ideal' e o controle de seu futuro (SILVA *et al.*, 2003).

A Constituição Federal, a partir da descentralização de encargos e recursos e da redistribuição de competências entre os governos federal, estadual e municipal, outorgou aos municípios um papel específico na promoção do desenvolvimento econômico e social do país. O Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal n.º 10.257/01, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e estabeleceu normas para a execução da política urbana. A ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana constituiu o objetivo deste estatuto, que, por derivação, estabeleceu o direito a cidades sustentáveis, ou seja, direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os cidadãos.

A comunidade técnico-científica, na década de 1980, começou a questionar o plano diretor como instrumento de execução das políticas urbanas, por ser considerado um agente que ia de encontro aos interesses do mercado imobiliário. Neste momento de crise é que o planejamento urbano começou a ser discutido e acabou contemplado pela Constituição de 1988. Esta define, em seu artigo 182, que o poder público municipal, através de política de desenvolvimento urbano, deve ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar dos habitantes. Complementa, no parágrafo primeiro, que “o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL, 1988).

O primeiro “plano de ação” de Toledo foi formatado por Alfredo Ruaro, quando do início da colonização, em 1946. Ele fez “nascer” Toledo planejada e aberta ao território externo. Numa carta dirigida para seu sócio na MARIPÁ, Alberto Dalcanale, ele descreveu os diversos setores primordiais para o início da obra de colonização como: o ambiente, o abastecimento de mantimentos, a centro urbano, as estradas, a capitalização, a

demarcação e o projeto de venda das terras, a agricultura, as serrarias a se instalarem, o Porto Britânia, a necessidade de energia elétrica de forma urgente (GRONDIN, 2007). Em 1955, Willy Barth, Egon Bercht e Ondy Hélio Niederauer formatam um novo plano diretor, a partir dos setores já desenvolvidos anteriormente por Ruaro.

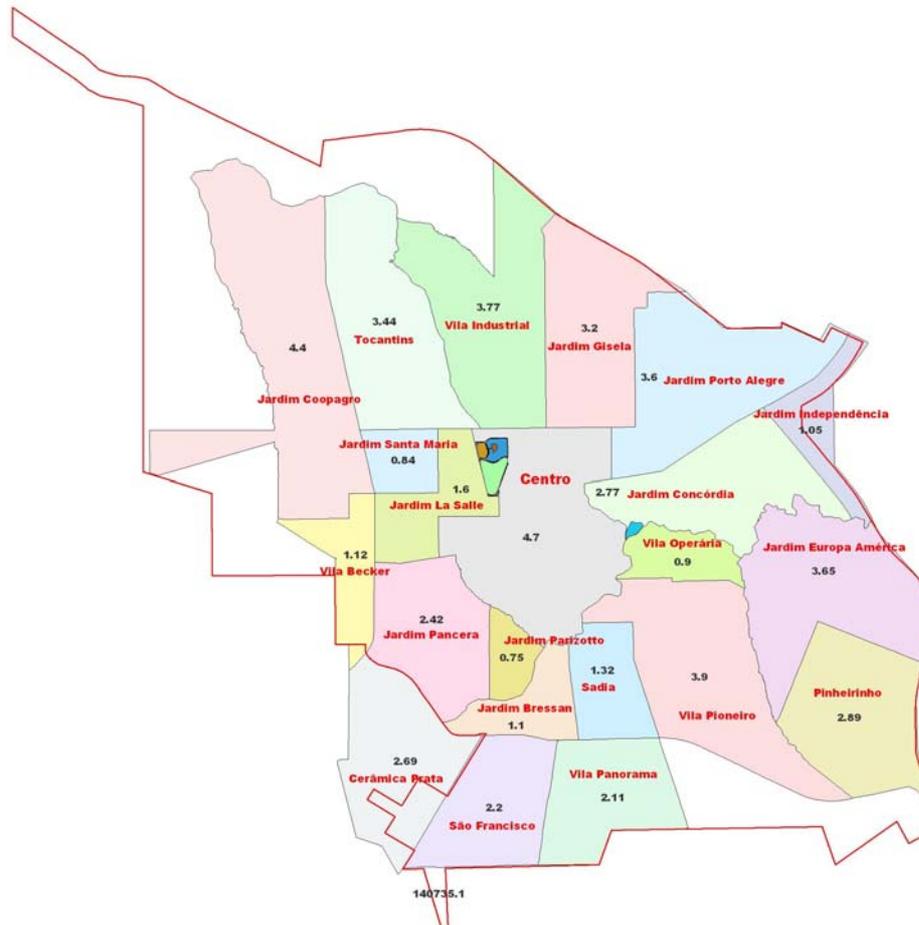
A primeira referência sobre ordenamento territorial é a Lei nº 520 de 20 de outubro de 1969, que cria normas para loteamentos e trata de vias de comunicação, sistema de águas sanitárias, áreas de recreação, locais de usos institucionais e proteção paisagística e monumental. O primeiro plano diretor de desenvolvimento integrado foi estabelecido através da Lei nº 778/74 de 02 de Setembro de 1974 e assim está expressa: “Regulamenta o crescimento urbano de Toledo através do zoneamento, loteamento e normas de edificação e dá outras providências”. A partir desta lei, várias revisões foram alterando os seus dispositivos, sendo que a última revisão do Plano Diretor é de 05 de Outubro de 2006, através da Lei Complementar nº 9, que está em vigor atualmente. Esta lei define:

Art. 3º - O Plano Diretor de Toledo é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, sob os aspectos físico-territorial, social, econômico, cultural e administrativo, visando à orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como ao atendimento às aspirações da comunidade, devendo ser observado na elaboração do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual.

Como a Constituição não define plano diretor, o conceito adotado expressa que “é uma lei municipal que organiza o crescimento e o funcionamento do município. É o principal instrumento de gestão, acima dele só a Lei Orgânica” (TOLEDO, <<http://www.toledo.pr.gov.br>>). É um conjunto de princípios e regras que orientam os agentes que constroem e utilizam o espaço urbano e instrumento que define estratégias para as intervenções a curto e médio prazo.

A formatação do espaço urbano de Toledo deu-se no decorrer do desenvolvimento da cidade, que hoje está estruturada em bairros, como é possível visualizar na Figura 2.

Figura 2 - Divisão dos Bairros



Fonte: TOLEDO, Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.gov.br>>.

Após a formação do centro do município, que contemplou a igreja, a praça municipal, o colégio, o comércio e serviços para a população, os demais bairros foram projetados e formaram-se a partir de determinadas condições conforme entrevista concedida por Rosa Campos (07/07/07). O Jardim La Salle constituiu-se a partir dos pioneiros que se instalaram na década de 1950 e construíram suas casas, que permanecem até hoje.

O bairro da Vila Pioneiro e depois a Vila Panorama, com suas adjacências, foram os primeiros bairros da cidade e formaram-se a partir de filhos de agricultores que na década de 1970, expulsos do campo pela mecanização, buscaram trabalho urbano na então instalada Sadia, que atraiu e continua atraindo mão-de-obra. Os jardins Europa e América foram constituídos logo após, a partir de projetos Mutirão, que tinham como objetivo financiar a construção de casas populares, com a colaboração e trabalho dos futuros proprietários. Neste bairro instalaram-se micro e pequenos agricultores expulsos do campo que ao procurar trabalho na cidade acabavam por tornarem-se bóias-frias atendendo à demanda do campo latifundiário.

A Vila Industrial teve como incentivadoras de seu processo de urbanização as primeiras serrarias instaladas no município, sendo que o seu território foi configurado, num primeiro momento, para a instalação de indústrias dos mais diversos setores. Com o fim do ciclo econômico da madeira, as empresas fecharam e o bairro começou a ser habitado, a partir da construção de casas populares, do então programa do Banco Nacional de Habitação (BNH).

O Jardim Porto Alegre, juntamente com o Jardim Concórdia, configuraram-se como áreas de acesso principal à cidade. Compunham-se de diversas chácaras pertencentes aos pioneiros, as quais se incorporariam rapidamente ao urbano, conforme se observa atualmente, e se desenvolveriam a partir da instalação de comércio forte e de projetos de reurbanização. O Jardim Gisele foi iniciado a partir de um loteamento, que necessitou rapidamente de um projeto de infra-estrutura para drenagem de suas terras e hoje comporta novos loteamentos que, inclusive, já alcançam novos limites da cidade como a PRT – 163, ligação entre os Municípios de Toledo e Quatro Pontes.

O Jardim Coopagro e adjacências configuram-se como um bairro de urbanização recente. Nome advindo da antiga cooperativa formou-se a partir de migrantes do

Jardim Europa América, que, atraídos pela instalação de novas indústrias na região, como a Fiasul e a Prati, Donaduzzi, deslocaram-se para lá deixando a vida de bóia-fria. O Jardim Pancera, também recente, surgiu de loteamentos e hoje está composto por famílias tradicionais, descendentes dos pioneiros, e de funcionários públicos que tiveram a oportunidade de construir suas casas próprias. Ainda deve-se citar o Jardim Santa Maria, que teve seu desenvolvimento atrelado à instalação de universidades e faculdades na cidade de Toledo, sendo hoje tratado no Plano Diretor municipal como bairro universitário.

4 O DESENVOLVIMENTO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

4.1 A Indústria Extrativa e as Primeiras Empresas - de 1946 a 1960

A fase do extrativismo caracteriza-se pelo período em que o objetivo dos colonizadores era retirar o que a terra dava sem preocupar-se em repor, ou seja, plantar. A partir das décadas de 1920 e 1930, devido às turbulências mundiais, e à crescente demanda após a Segunda Guerra Mundial, a madeira e já se consolidava como a principal atividade econômica da Região Oeste e de grande parte do Estado do Paraná. Foi uma das primeiras fontes de matéria-prima e de riqueza da região, principalmente a madeira de pinho, ocupando aproximadamente 20% da área de 272 mil hectares da Fazenda Britânia (SILVA *et al.*, 1988).

Segundo Silva *et al.* (1988), durante meia década, nos anos 50, a extração da madeira de lei fortaleceu a exportação. O pinho era exportado em forma de tábuas, pranchões, barrotes, caibros e outros, constituindo-se até a década de 1970 na principal indústria de transformação. Atendia tanto o mercado local quanto o regional e o internacional. Com a extinção progressiva das reservas de pinheiros, a indústria madeireira entrou em fase de definhamento.

Ainda antes da chegada dos colonizadores, quando a Fazenda Britânia pertencia aos ingleses, a erva-mate nativa e mais 90 mil pés plantados por eles se firmou como principal produto da pauta de exportações das obrages⁶ aqui formatadas. Entretanto, o crescimento da produção de erva-mate na Argentina, somado às altas taxas de impostos sobre a exportação do produto brasileiro, fez com que o negócio fosse abandonado. À época da colonização a indústria ervateira foi retomada na região, caracterizando-se como alternativa

⁶ A obrage, segundo Wachowicz (1982), era uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas pela mata subtropical, em território argentino e paraguaio a qual se baseava no binômio mate-madeira e que foi adotada nas terras do Sul do Brasil.

local de negócios e sobrevivência, mas a escassez de produtos nativos acabou por terminar com esta proposta uma vez mais (SILVA *et al.* 1988).

A MARIPÁ, no início da colonização, preocupava-se com praticamente tudo, desde o abastecimento de seus empregados, a manutenção de seu parque de máquinas, a abertura de estradas, e, claro, a exploração da madeira. A partir de 1947, com o surgimento de várias empresas de exploração de madeira, sob concessão desta, visando à exportação e, também, à exploração agrícola e pecuária, a população de Toledo iniciou o processo de participação comunitária através da participação dos próprios funcionários da empresa colonizadora, como sócios de novas empresas. A partir das necessidades novas empresas surgiam. A primeira foi o Empório Toledo com o objetivo de prover mantimentos para os habitantes locais e de comercializar os excedentes que começavam a formar-se, pois o armazém da MARIPÁ não oferecia mais condições de atendimento e fugia aos objetivos da colonizadora. Logo após, com o aumento do número de máquinas, veículos e, por conseqüente, serviços para a mecânica da colonizadora, a Auto Mecânica Toledo Ltda é fundada. Também neste ano é fundada a Impressora Toledo Ltda, indústria gráfica, que veio suprir a necessidade e a distância deste serviço no Município (HEIS, 1984).

Segundo Heis (1984), o desenvolvimento local marcante, observado no decorrer dos anos, começa a atrair pessoas e idéias. Em 1952 é fundado a Ivo Welter & Cia Ltda, um armazém que oferecia à população os mais variados produtos, desde mantimentos até eletro-domésticos e serviços como o recebimento e revenda de cereais. Surgiu, também neste ano, a Pastoril Agrícola Britânia Ltda, dedicada a formação de pastagens, criação de gado e recrias para o abate. Ainda neste ano, foi construída a primeira pista de pouso para aviões no Município. Em 1953, foi construído o Hospital e Maternidade Toledo, a partir do esforço, união e contribuições financeiras da população. E em 1955, para solucionar o problema de geração de energia elétrica, limitada a dois geradores diesel, partindo-se da

disposição geográfica e técnica do salto do rio São Francisco, foram construídas as usinas de Toledo e Guaçu, com investimentos públicos e privados, além de empréstimos populares.

Em 1954, quando a produção de suínos em Toledo passou a gerar excedente, superando a demanda interna, iniciou-se a comercialização na região. Havia a grande dificuldade de transporte do suíno vivo pelas estradas mal acondicionadas e custo de manutenção dos caminhões dificultaram o escoamento dos animais. Foi quando os líderes Willy Barth e Egon Bercht reuniram-se com os produtores e, em forma de sociedade anônima, resolveram constituir um frigorífico para o abate da produção, do que resultou a fundação do Frigorífico Pioneiro S.A., em 1959, liderado por um grupo do Norte do Paraná. O objetivo inicial era abater até 250 suínos-dia e 25 bovinos. Além do suíno abatido, o frigorífico passou a beneficiar a banha e fabricar embutidos como: salames, linguiças, mortadelas, copas... (HEIS, 1984).

Os movimentos migratórios que vieram do Sul do Brasil foram acompanhados pelos símbolos da família, da comunidade, do trabalho e do progresso. Os colonizadores recriaram as bases familiares e comunitárias da organização social, reafirmando formas de expressão cultural, de organização social e de produção material da vida, apoiadas numa sólida tradição cultural (SCHALLENBERGER, 2006). Alguns grupos étnicos concentraram-se em determinadas localidades, principalmente alemães, enquanto a sede do futuro município caracterizou-se por uma constituição pluriétnica, com leve ascendência dos italianos. Famílias oriundas de uma mesma região preferiram adquirir suas propriedades em locais habitados por similares que compartilhassem a mesma língua, os mesmos hábitos, usos e costumes (GRONDIN, 2007). Este processo pode ser caracterizado como o de formação de um capital social a partir de uma frente econômica, que foi se consolidando no decorrer dos anos. A colonização de Toledo teve, também, importante participação dos paraguaios. Eles podem ser considerados o elemento humano mais valioso no trabalho braçal, na derrubada de

matas, na abertura de estradas, nas medições de lotes rurais e, além disso, sujeitavam-se aos trabalhos mais duros, como a construção de jangadas nas águas do São Francisco.

Willy Barth dizia (In: NIEDERAUER, 2004, p. 203-204):

Toledo é um grande caldeirão de raças, e dentro estão os gaúchos e catarinenses vindos do sul, paulistas mineiros, baianos e outros do norte, cearenses, pernambucanos, alagoanos e outros nordestinos. Entram no mesmo caldeirão, descendentes de gente vinda da Europa, da Ásia e da África. Mas eles não se chocam, eles se cruzam, eu garanto a vocês que este caldeirão produzirá uma raça final muito forte, inteligente, trabalhadora e, as mulheres serão as mais bonitas do mundo, como vocês verão daqui uns cem anos!

4.2 Surgimento e Consolidação das Indústrias – de 1960 a Fins da Década de 1970

Até 1960, Toledo podia ser considerada ainda uma vila rural, apesar de viver um processo de desenvolvimento acelerado, pois a população urbana ainda era inexpressiva. A população rural atingia quase 70% do total, mais de 50.000 habitantes, enquanto a cidade contava com menos de 15.000. A agricultura do Município pode ser considerada tradicional neste período, usava mão-de-obra familiar, tração animal e diversificava ao máximo sua produção, inclusive na pecuária. O agricultor comprava na cidade apenas o que não produzia, como sal, açúcar, farinha, elementos do vestuário, calçados e móveis. Era um período de pouca inovação e de grande acomodação aos padrões tradicionais de uma sociedade de base agrícola. O esgotamento das reservas de madeira e de erva-mate fez com que empresas aqui instaladas, não se adaptando à nova realidade ou enfrentando problemas financeiros, encerrassem suas atividades.

Corroborou, ainda, para este cenário de apatia e estagnação no desenvolvimento, a omissão do poder público da época, que por falta de estruturas mínimas, contribuiu para que o capital externo que procurou aqui se instalar, migrasse para municípios vizinhos. A falta de energia elétrica, já que a usina Toledo tinha sua demanda tomada, foi uma

das condições mínimas exigidas e que, por displicência da administração municipal junto à concessionária paranaense de eletricidade, ainda não estava resolvida (HEIS, 1984).

A mecanização agrícola invadiu o Brasil, o Paraná e, por conseguinte Toledo e sua região. O homem, expulso do campo e substituído pela máquina, procurou trabalho na cidade e não o encontrando, acabou migrando para outras regiões ou instalando-se nas periferias na condição de bóia-fria. O modelo de pequenas propriedades foi condenado e os mais audaciosos compraram a terra dos vizinhos, aumentando seu poder aquisitivo e expulsando mais e mais pessoas, transformando o espírito comunitário de outrora em uma competição. A cidade esvaziou-se de população, de empresas e as novas oportunidades, apesar do dinheiro abundante, não apareceram (HEIS, 1984).

Neste contexto, apesar das dificuldades decorrentes de um cenário econômico em transformação, o Frigorífico Pioneiro S.A, após quase uma década de existência, foi comprado pela Companhia Brasileira de Frigoríficos S.A. (Frigobrás), que já em outros estados dominava o setor de carnes e, expandindo-se pelo Brasil, necessitava ampliar suas fontes de matéria-prima, encontrando em Toledo uma estrutura de fornecedores já em desenvolvimento. Com a liderança de Atílio Fontana, em 5 de Julho de 1964, a empresa iniciou sua história de crescimento e engajamento no processo de desenvolvimento regional. No segundo semestre de 1964 o estabelecimento já abatia 2.932 suínos mês, somados as 65 cabeças de bovinos que abatia por mês. A produção desenvolvida em Toledo e na região era organizada gerando uma matéria-prima de qualidade, dentro dos parâmetros da empresa. Somado a isto as novas tecnologias de produção disponíveis e a obtenção de vantagens de custos e escala de produção foram também fatores fundamentais para a escolha da cidade (RIPPEL, 1995).

Com a montagem simultânea das granjas de matrizes e reprodutores suínos, os criadores locais tiveram apoio no fomento da atividade integrada de produção para

abastecimento do frigorífico. A necessidade de rações balanceadas levou a unidade do Grupo Sadia a implantar a indústria de rações, e posteriormente, a indústria de extração de óleo de soja e milho, além do farelo, como subprodutos para a ração.

Enquanto isto, o novo rumo de industrialização nacional na década de 1970, conduzia o Paraná a um papel industrial complementar ao de São Paulo, modelo detectado pelo diagnóstico “Paraná: Economia e Sociedade”, publicado pelo IPARDES em 1982. Como questões centrais da economia e sociedade paranaense nos anos 70/80 constataram-se, segundo Macedo et al. (2002, p.11):

1. a industrialização da agricultura, o papel do estado e o futuro da pequena produção;
2. a diversificação da nova agroindústria pela presença de empresas de grande porte;
3. apesar da diversificação, a base do processo de geração de riqueza continuava sendo a agroindústria;
4. as transformações nas relações de produção no campo, as mudanças na estrutura do emprego, a intensidade das migrações rurais, expulsão de paranaenses para outras regiões e os processos de urbanização e metropolização.

O perfil econômico, eminentemente agrícola, passou a demonstrar crescente e progressiva participação do setor industrial, com predominância da atividade agroalimentar. O novo perfil industrial, bastante diversificado, ficou diferente das estruturas de subordinação aos ciclos primários e intermediários predominantes no passado e o setor secundário acabou rompendo com duas peculiaridades históricas: a rígida complementaridade em relação a São Paulo e a especialização produtiva no agronegócio. A indústria da carne é um exemplo típico

de atividade que se desenvolveu neste período, sendo seguida pela avicultura moderna, impulsionada pela instalação de grandes empresas no interior, em regiões que ofereciam vantagens locais específicas, como clima, estrutura agrária e proximidade geográfica com os grandes centros consumidores.

Seguindo este novo perfil estadual, no final da década de 1970, a Sadia implementou o frigorífico de abate de aves. Para tanto, montou novas granjas de matrizes fomentando os produtores locais a construírem aviários e a aderirem ao sistema integrado de produtor-empresa, que já se configurava na questão da carne suína. Iniciou em 1979, com o abate de 7.608.947 frangos, ultrapassando, em 1986, os 49 milhões. Em 1984, iniciou a fabricação de embutidos como presunto cozido, defumados, fiambres e apresuntados a partir da carne suína, viabilizando, assim, a pequena propriedade rural com a geração de empregos diretos e indiretos, geração de renda e tributos ao Município (SILVA *et al.*, 1988).

A partir de 1977, a administração local preocupou-se em atrair indústrias, de setores diversos no princípio, para gerar empregos e resolver o problema do esvaziamento da cidade através da industrialização. A decisão acabou sendo tomada “em gabinete” e a falta de participação da comunidade, que já havia comprovado seu valor no passado, somada à existência de uma crise nacional, frustraram a política proposta e os efeitos desejados (HEIS, 1984).

4.3 O Retorno às Origens e as Indústrias Comunitárias – Década de 1980 e Início dos Anos 1990

Toledo, incluído no chamado “Pólo Industrial do Oeste”, contribuiu para efetivar a desconcentração industrial da década de 1970, atraindo alguns dos empreendimentos adensados no eixo Rio-São Paulo, decidindo que seu distrito industrial não seria apenas um espaço demarcado à espera de prováveis investimentos. Industrializar-se para conter o esvaziamento do município, foi uma estratégia usada pela sociedade civil e empresarial organizada, que articulada com o poder político local, encontrou na Associação Comercial e Industrial de Toledo – ACIT – um fórum gestor de idéias e de projetos. Ao invés de esperar os investimentos nacionais ou estrangeiros propuseram que a própria comunidade tomasse a si a tarefa de industrializar o Município, rebuscando as características de participação e engajamento comunitário antes comprovado (GONZATTO, 1985).

Na atualidade, os agentes regionais econômicos, sociais e políticos, fundamentam os modelos de desenvolvimento nas diferenças, diversificação e pluralização com os termos, cooperação, parceria, participação, consórcios, redes, arranjos de produção e inovação, etc. Cooperar, integrar, diferenciar, diversificar, sendo a nova tônica da competição globalizada é um primeiro indicativo da transformação do velho sistema em um novo desenvolvimento. A cooperação passa a ser um dos principais elementos da capacidade de competição das comunidades. Cada vez mais a organização sócio-cultural incrementa a produtividade. “Enquanto na lógica empresarial é a lucratividade e competitividade que determina o crescimento da produtividade” (CASTELLS, 1999, p.100) no desenvolvimento regional a produtividade é que se transforma no verdadeiro e principal determinante da competitividade.

As instituições e organizações regionais reproduzem a estrutura sócio-cultural vigente em cada região. Depende então a maior competitividade na economia global, da capacidade política das instituições e organizações regionais para impulsionar o desenvolvimento (CASTELLS, 1999, p.122-3).

A história das indústrias comunitárias de Toledo teve seu início a partir da atuação e desenvolvimento da ACIT na gestão de 04/04/78 a 04/12/79, presidida por Antonio Ademar Heis. A ACIT não desenvolvia trabalhos para os associados e para a comunidade. O processo de filiação de novos filiados e de integração dos já existentes colocou a Associação Comercial e Industrial no centro da discussão da conjuntura econômica vigente e despertou a consciência da necessidade de uma articulação do poder local para o enfrentamento dos problemas socioeconômicos que afligiam a população. A preocupação com o problema fundamental da comunidade, seu esvaziamento, passou a ser discutida e alternativas foram buscadas. A ACIT buscou o apoio de órgãos governamentais com o objetivo de encontrar soluções, aliado à assistência séria que fomentou junto a seus associados para criação de confiabilidade e credibilidade. A associação transformou-se num centro de idéias e ações. A nova gestão, presidida por Albino Corazza Neto, futuro prefeito de Toledo, deu continuidade ao trabalho iniciado na gestão do seu antecessor. Uma pesquisa realizada por Wilson Carlos Kuhn e Ondy Hélio Niederauer, mostraram uma realidade mais difícil do que se imaginava quanto ao esvaziamento do Município e a opção de industrialização foi a alternativa encontrada para contê-la (GONZATTO, 1985).

Segundo Gonzatto (1985), um movimento em favor da atração de capitais locais, liderado pela ACIT, teve o objetivo de financiar e implantar no Município empresas capazes de oferecer soluções às dificuldades crescentes e reduzir os estrangulamentos econômicos e sociais, como a evasão de mão-de-obra e de capitais. A partir da aglutinação da poupança local, com a mão-de-obra e matérias-primas da região, foi proposta uma arrancada industrial à população de Toledo.

Nos estudos encomendados ao Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná (CEAG/PR) identificou-se que a Frigobrás-Sadia dava possibilidades reais de impulso à industrialização regional. Os produtos não processados pela empresa, como

couro, sebo, graxa e pêlo, poderiam ser industrializados por empresas menores. Optou-se, primeiramente, dentre os estudos apresentados, pela instalação de um curtume, surgindo a Indústria e Comércio de Peles S.A. (INCOPESA), que passou a processar subprodutos do frigorífico e incentivou o surgimento de novas indústrias nos mesmos moldes (GONZATTO, 1985).

“Do couro sai a correia, sai o cinto, sai o sapato. O sapato exige a cola, a tinta, a máquina, o parafuso da máquina, a embalagem, o papel, a gráfica, o depósito, a transportadora” (BETING, Joelmir. Jornal O Paraná – 20.04.84, In: TOLEDO, 1985, p. 84).

De acordo com Gonzatto (1985) as indústrias comunitárias criadas neste período foram:

1. INCOPESA – Indústria e Comércio de Peles S/A. A primeira indústria comunitária nasceu no dia 04/08/1980, totalizando o número de 21 sócios fundadores. Utilizando o principal subproduto da Sadia, o couro, formou-se este curtume que comercializava sua produção principalmente com o Rio Grande do Sul, pólo calçadista no Brasil, e parte para exportação;
2. INCASA – Indústria e Comércio de Calçados S/A, foi fundada em 12/04/1982 a partir de investimentos de 58 acionistas. A empresa utilizava como matéria-prima os couros que eram beneficiados na INCOPESA para a produção de calçados;
3. INDUSCOURO – Indústria e Comércio de Artefatos de Couro Ltda. O contrato social da empresa foi constituído em 28/07/1983 por 11 sócios. Utilizando como matéria-prima também o produto fornecido pela INCOPESA, a empresa destacou-se nacionalmente a partir da

participação, no ano de 1984, na Feira Internacional de Calçados, Acessórios de Moda, Máquinas e Componentes (FRANCAL) onde expôs sua linha de bolsas masculinas e femininas e, conseqüentemente, expandiu o negócio;

4. FERTIOESTE – Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários e fertilizantes do Oeste Ltda. A indústria de fertilizantes foi fundada oficialmente em 08/08/1983, composta por 215 acionistas. Criada a partir da TRANSCOOPAGRO que tinha como objetivo gerar a industrialização em vários setores para atender aos associados cooperativistas, a empresa contou com a participação dos próprios avicultores na formação de seu capital inicial;
5. INCOBOLAS – Indústria e Comércio de Bolas Ltda, fundada em 15/08/1983, com 6 sócios iniciais. A disponibilidade de matéria-prima básica a partir da mesma INCOPESA, aliada ao conhecimento de uma fábrica do mesmo setor na região, levou os empresários e autoridades do município a informarem-se a respeito do empreendimento e colocá-lo em prática rapidamente;
6. INCALSE – Indústria e Comércio de Calçados e Sandálias Ltda. Surgiu formalmente em 25/10/1983 com 16 sócios. A partir da matéria-prima agora fabricada localmente, o couro, a indústria consolidou-se;
7. INCOELHOS – Indústria e Comércio de Carne e Peles de Coelho S/A Criada em 08/12/1983 e, chegando a 96 acionistas em meados de 1984, a empresa nasceu do pensamento voltado à questão rural, na busca de alternativas para a diversificação das culturas do campo e criação de

condições de fixação do homem expulso pela mecanização agrícola.

Criava, abatia, beneficiava e comercializava carne e pele de coelhos;

8. INBRINQUEDOS – Indústria e Comércio de Artefatos de Madeira Ltda
Surgida em 14/02/1984 com 7 sócios, a empresa nasceu em um bairro da cidade de Toledo, a partir de um grupo de amigos que enfrentava um problema em comum, o desemprego. A partir da madeira criavam, produziam e comercializavam brinquedos;
9. OESTPORT – Artefatos de Madeira do Oeste Ltda. Criada em 02/05/1984, diferenciava-se das demais por seu capital inicial ter advindo, exclusivamente, de 250 funcionários da COOPAGRO. A fábrica de portas foi adquirida e, aos poucos, transformada em uma nova empresa comunitária;
10. TOLEDO S/A PARTICIPAÇÕES – Companhia de Participações Comunitárias. Com o objetivo de consolidar os empreendimentos comunitários de Toledo e buscar novas fontes de participação da população, deu-se a criação no dia 18/11/1983 a partir da adesão de 27 acionistas fundadores.

A perspectiva de investimentos sólidos e confiáveis em indústrias, que bem administradas garantissem rentabilidade, abriram uma nova opção de investimento para os agricultores que, preocupados em garantir um futuro melhor para seus filhos, estavam investindo em outras regiões. As divisas investidas, que poderiam ser acompanhadas de perto pelos investidores, gerariam novas oportunidades de emprego e novas fontes de renda ao Município. As novas oportunidades de trabalho direto e indireto oferecidas geraram renda à população, antes desempregada, e a economia começou a se dinamizar. Entretanto, a maior

dificuldade enfrentada pelas empresas fundadas na época foi o aproveitamento da mão-de-obra local, diretriz do processo de industrialização adotado para evitar uma atração maior ainda de mão-de-obra externa que poderia acelerar o problema do inchaço da cidade. Faltavam recursos humanos especializados para a produção e para a administração, ocasionando defasagem no capital da empresa, desentendimentos entre a diretoria e o conselho de administração, produção mal acabada e conseqüente formação de estoques de produtos finais com dificuldade de comercialização (GONZATTO, 1985).

A instalação imediata das unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em Toledo vieram preparar e melhorar o desempenho da mão-de-obra existente a ser colocada à disposição destas indústrias. Destaca-se, neste período, a consolidação e grande ação da ACIT como gestora de ações, treinamentos e interlocução com outros órgãos, visando o incremento e a consolidação destas indústrias (SILVA *et al.*, 1988).

Como dificuldades, as indústrias comunitárias ainda enfrentaram a baixa liquidez, o alto endividamento, o baixo faturamento, os altos custos de produção, as despesas financeiras crescentes, a necessidade de capital de giro e, como conseqüência, prejuízos nos primeiros anos de funcionamento (HEIS, 1984). Para resolver os problemas iniciais, reestruturações empresariais e mudanças de diretorias foram efetivadas, além da montagem da Escola do Trabalho, com o objetivo de preparar a mão-de-obra existente para as funções industriais oferecidas.

A criatividade, importante capital, também foi acionada no intuito de gerar renda àqueles que não dispunham de capital econômico para investir. Na área do artesanato, a partir de cursos criados para os artesões toledanos, fundaram-se a Associação Toledana dos Artesãos (ATA) e a Cooperativa dos Produtores Artesanais de Toledo Ltda (COOPARTOL),

que incentivaram a produção de produtos artesanais, no fundo de quintal e levaram a cidade a figurar entre os primeiros lugares em volume de vendas em feiras do setor.

Alguns aspectos importantes referentes às empresas instaladas merecem menção, como o desafio à efetiva participação das mulheres na INDUSCOURO que, constituindo a maioria do capital, ocasionaram intensa mobilização feminina na sociedade local. Pode ser referida, ainda, a organização da FERTIOESTE e da OESTPORT, a partir dos funcionários da então consolidada COOPAGRO, com o objetivo de seguir a política cooperativista desta e atender as necessidades dos associados. E a INCOELHOS, que buscou oferecer condições ao micro e pequeno agricultores, expulsos pela mecanização, de fixarem-se novamente no campo através de alternativas de produção (TOLEDO, 1985).

A integração do processo produtivo, desde a disponibilidade de matéria-prima à industrialização e à comercialização dos produtos, foi o principal efeito econômico gerado. Representando um valor agregado superior aos produtos finais, aumentava a arrecadação de tributos do Município, gerava elevado número de empregos e fazia com que os salários girassem na economia local, o que elevou o volume de vendas no comércio e, conseqüentemente, a contratação de funcionários no setor. O reflexo e os efeitos também foram notados na indústria da construção civil e na diversificação de atividades que outras empresas tiveram que instituir para atender às demandas geradas, como por exemplo, de embalagens para calçados que foi assumida pela Editora Grafo-Set (HEIS, 1984).

Para Gonzatto (1985), um dos efeitos das empresas comunitárias e das demais, surgidas a partir dos incentivos locais, foi a geração de novos empregos urbanos, o que levou à redução do nível de desemprego local que, de 8% em 1980 passou para 4% em 1984. A geração de novos empregos urbanos, que estimularam a recuperação econômica do Município, alterou, mormente, o adensamento populacional de Toledo. Conforme se verifica na Tabela 4, exposta neste trabalho (p.48), entre 1980 e 1991 a população total do Município teve um incremento de 14,3%, enquanto a urbana, passou de 43.029 habitantes para 72.402,

no mesmo período, o que expressa um crescimento de 40,5%. O esvaziamento rural fica comprovado a partir dos números, pois a população que era de 38.258 habitantes em 1980 passa para 22.477 em 1991.

Somado a isto, conforme se observa na Tabela 5, na década de 1980, período do surgimento e fortalecimento das indústrias comunitárias, o setor industrial de Toledo vivenciou um profundo e constante processo de desenvolvimento acompanhado pelo setor terciário, dada a necessidade de prestação de serviços eficientes e capazes de suprir as novas demandas. O Município cresceu, de forma acelerada, num espaço de 10 anos, o equivalente a 1.620%, em termos de desenvolvimento, levando em conta o valor adicionado de ICMS somado ao crescimento da arrecadação federal e municipal (RIPPEL, 1995).

No ano de 1980, 57,1 % do Valor Adicionado (VA) do Município era composto pela agropecuária enquanto a indústria respondia por 24,9% e o setor terciário por apenas 18%. Estes percentuais modificam-se no decorrer da década e, em 1985, ano de consolidação da maioria das indústrias comunitárias, o setor secundário já respondia por 35,5% do VA Total e o setor de Comércio e Serviços ultrapassava os 21%. Comparando os valores de 1985 com 1992, auge das indústrias comunitárias em Toledo, a diferença é ainda maior. O VA da indústria tem um incremento de 14,3%, alcançando quase 50% do VA total em 1992, e o setor primário, com um decréscimo de 20,9%, atingiu 21,8% em 1992, quase o mesmo VA do setor secundário em 1980.

Tabela 5- Composição do Valor Adicionado, por setor econômico, em Toledo, 1980-1992

<i>Ano</i>	<i>Setor primário: Agropecuária %</i>	<i>Setor secundário: Indústria de transformação %</i>	<i>Setor terciário: Comércio e Serviços %</i>	<i>Total R\$</i>
1980	57,1	24,9	18,0
1985	42,7	35,5	21,7	127 014 740
1988	33,0	46,5	20,5	131 965 650
1990	20,3	49,2	30,5	72 140 432
1992	21,8	49,8	28,4	80 986 091

Fonte: RIPPEL, 1995

Com a consolidação da Sadia na década de 1970, a dinâmica do desenvolvimento industrial de Toledo, inicialmente girando em torno dos setores relacionados diretamente à empresa, repercutiu nos demais segmentos ligados indiretamente a ela. Mesmo não atendendo ao perfil das indústrias comunitárias, novas empresas derivaram desta maneira de pensar o desenvolvimento local, surgindo estabelecimentos nos ramos de: fiação de algodão, malhas, embalagens de mantimentos, engarrafamento de bebidas, calçados de segurança, produção de fertilizantes, de produtos químicos, plásticos, móveis, máquinas e implementos agrícolas, facas, sabão e outros (SILVA, 1988).

A fábrica de calçados de segurança surgiu a partir da idéia das indústrias comunitárias. A Bombonato - Indústria e Comércio de Calçados Ltda (BOMPEL) - foi fundada em 1980 e utilizou como matéria-prima o couro que a INCOPESA vinha curtindo. Em 1982 foi instalada a ONDINA, fábrica de embalagens plásticas, que a partir de matéria-prima nacional fornecia embalagens para as demais indústrias aqui instaladas, tendo como principal cliente a Sadia. Em 1983, outra empresa instalou-se, motivada pelo espírito das empresas comunitárias, a indústria de cuteleria (facas) e de ferramentas, INCOFACAS. Estas empresas foram, em sua maioria, frutos de iniciativas locais privadas, sempre apoiadas por incentivos do poder público local e, também, enfrentaram os mesmos problemas de qualificação de mão-de-obra, administrativos, capacidade produtiva e de competitividade das indústrias comunitárias (RIPPEL, 1995).

Apesar de consolidadas ainda no início da década de 1990, as indústrias comunitárias, formadas a partir de pequenos grupos de empresários locais, passaram a ter dificuldades de gerenciamento e comercialização, verificados desde o início, e que não puderam ser supridos pela TOLEDO S.A. PARTICIPAÇÕES, como estava previsto. A concorrência e a desarticulação do capital social foram extinguindo o processo e abrindo caminho para grupos externos adquirirem e viabilizarem as empresas a partir de experiências

que já tinham em outras regiões. As configurações iniciais modificaram-se e a maioria delas desapareceu do cenário industrial do Município. Dentre as que continuam atuando no município citam-se: o Curtume Bompel Ltda, que no local da antiga INCOPEA, realiza seus trabalhos, e a empresa INCOFACAS, que ainda produz o produto com que iniciou seus trabalhos na década de 1980.

4.4 Diversificação e consolidação do Parque Industrial – Década de 1990 e entrada no Século XXI

O Município de Toledo, no Oeste Paranaense, com 107.033 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2006), é o primeiro colocado no estado em produção agropecuária, atingindo, no ano de 2006, o volume de R\$ 698 milhões no Valor Adicionado (VA) agropecuário, o que corresponde a 2,38% do total do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná e quase 65% superior a 2005. Os setores industrial e comercial do Município contribuem, também, de forma significativa para a arrecadação do Estado, como se pode visualizar na Tabela 6.

Tabela 6 - Dados Econômicos Toledo - R\$ milhões

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Valor adicionado na Agropecuária (produção primária)	238.820	331.775	398.748	452.322	423.113	698.000
Valor adicionado na Indústria	285.452	339.542	461.295	386.441	626.496
Valor adicionado no Comércio	164.360	200.038	259.776	277.172	282.179
Valor adicionado em Serviços	2.544	-	-	-	-
Valor adicionado em Recursos / Autos	810,690	1.173	1.312	1.656	640,418
PIB a preço de mercado corrente	994.202	1.205.358	1.649.022	1.550.071	107,033*
População (mil)	100,296	101,632	101,982	104,332	105,691

Fonte: IBGE, SEFA

* População estimada pelo IBGE para o ano de 2006, sujeito à revisão.

Toledo ocupa, ainda, o 9º lugar em arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Paraná; o 10º lugar em PIB total; o 1º lugar em PIB agropecuário do Paraná e da Região Sul e 11º lugar no País; o 3º lugar em VA agropecuário do Brasil. O crescimento do PIB per capita de Toledo é significativo, passando de 9.912 em 2001, para 14.857 em 2004, um incremento de 50%.

Em 2005, o município de Toledo teve em sua organização econômica 554 indústrias, 1.792 estabelecimentos comerciais, 1.937 prestadores de serviços pessoas jurídicas e 940 prestadores de serviços pessoas físicas. O Município possui 6.473 empresas cadastradas na Prefeitura. Alcançou um crescimento de 19,27% do Valor Adicionado (VA) - transformação de produtos primários e agregação de valores à economia -, em 2005, na comparação com o ano anterior, atingindo R\$ 1,332 bilhão, enquanto a expansão do Estado do Paraná, no mesmo período, foi de apenas 0,95%. O crescimento das atividades econômicas no Município foi, portanto, mais de 20 vezes ou 2.028% superior ao do Paraná naquele período (TOLEDO, <<http://www.toledo.pr.gov.br>>). Este quadro conferiu ao município um lugar de destaque no parque industrial do Oeste do Paraná, consolidando-se como um dos maiores centros agroindustriais do Estado.

Embora tardia em relação ao processo ocorrido no Paraná, a industrialização de Toledo está associada à capacidade de articulação do capital social aqui constituído. São os cidadãos que atuam como articuladores dos movimentos sociais, fomentando a identidade cultural, práticas sociais e produção de conhecimentos. Conforme pode ser observado nas descrições realizadas por Niederauer (2004).

Considerando-se que PIB e renda *per capita* nem sempre refletem qualidade de vida, é importante destacar outros indicadores e aspectos qualitativos do desenvolvimento para uma análise mais precisa. Além da dimensão econômica, outras características devem ser levadas em conta como sociais, culturais e políticas. Neste aspecto, é a partir da análise do

Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) que se poderá aferir outros dados que identifiquem o grau de desenvolvimento de Toledo. Colaborando para o diagnóstico dos níveis de distribuição de renda e de sustentabilidade do desenvolvimento, destacam-se aspectos considerados fundamentais para medir o grau de difusão, acesso e usufruto dos benefícios da riqueza, bem como acesso a infra-estrutura social e outros direitos de cidadania, característicos da situação de bem-estar social.

Além de considerar o PIB *per capita* como mensurador de renda, o IDH também avalia a longevidade e a educação como medida de sustentabilidade do desenvolvimento. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

Conforme dados observados na Tabela 8 o IDHM de Toledo evoluiu em todos os indicadores pesquisados. No período de 1991 a 2000, o índice cresceu 10,12%, passando de 0,751 para 0,827 respectivamente. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 46,7%, seguida pela Longevidade, 33,0% e pela Renda, 20,3%. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8), e ocupava o 9º lugar em IDH entre as 10 maiores cidades do Paraná no ano de 2000 e o 154º do Brasil (entre 5.353 Municípios). O IDHM de Toledo evoluiu ao longo do tempo da seguinte maneira: 1970 (0,475), 1980 (0,718), 1991 (0,782) e 2000 (0,827).

Tabela 7 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Toledo

	1991	2000
IDH	0,751	0,827
Educação	0,821	0,927
Longevidade	0,748	0,823
Renda	0,684	0,730

Fonte: PNUD, 2000

Entretanto, o IDHM-Renda, que foi de 0,73 para o ano de 2000, indica médio desenvolvimento humano, confirmando a hipótese de que o alto valor para renda *per capita* nem sempre é distribuído de maneira equitativa entre as pessoas residentes no Município.

Quanto ao IDHM-Longevidade, constata-se um aumento do índice, passando assim de médio desenvolvimento em 1991 (0,748) para alto em 2000 (0,823). A expectativa de vida ao nascer, utilizada como base do indicador, incrementou-se consideravelmente no decorrer dos anos. Segundo o IPEA, entre 1970 e 2000, esta passou de 52,21 para 70,84 anos respectivamente. Entre 1991 e 2000, período considerado na análise dos demais dados, o crescimento foi de 3,82 anos. Este indicador está atrelado intimamente às características de urbanização encontradas no município. O acesso aos serviços básicos como, abastecimento de água, saneamento, luz elétrica e saúde fazem com que esta expectativa seja aumentada consideravelmente. De acordo com a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) entre os anos de 1991 e 2000 as ligações de água aumentaram de 14.604 para 23.598 unidades, atingindo 99,64% da população em 2000 com água tratada. As ligações de esgoto em Toledo aumentaram de 1.649 para 6.774 unidades, atendendo em 2000 29,49% da população. Quanto à energia elétrica, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) informa que o consumo cresceu mais de 57% no período, atingindo mais de 31.892 consumidores.

O IDHM-Educação apresentou os melhores índices dentre os analisados em ambos os períodos. Uma boa rede de escolas de nível fundamental e médio, bem como a

existência de universidades pública e privadas fez com que este item atingisse altos valores. De acordo com o Núcleo Regional de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, o número de matriculados em todos os níveis de ensino no ano de 2000 chegou a 56.099 alunos, 40% matriculados de 5ª a 8ª séries, 21% no ensino fundamental e os demais 39% entre supletivos, ensino especial, 2º e 3º graus. O grau de analfabetismo a partir dos 7 anos, incorporado no cálculo, também diminuiu entre 1991 e 2000, passando de 18,43% para 9,39% respectivamente, segundo dados do PNUD.

Através dos agentes do desenvolvimento local, somada à sua capacidade de adaptação e inserção no mercado, o que garantiu ao Município uma continuidade e complementaridade em relação aos diferentes setores da produção econômica, a industrialização do Município está configurada conforme se observa na Tabela 8.

Tabela 8 - Industrialização de Toledo

<i>ATIVIDADE</i>	<i>1973*</i>	<i>1985</i>	<i>1990</i>	<i>1995</i>	<i>2000</i>	<i>2005</i>
Extração de minerais	0	0	1	2	2	2
Minerais não metálicos	10	13	16	13	25	35
Metalúrgica	2	20	21	28	42	59
Mecânica	0	8	6	5	17	23
Material eletr. Comunicações	0	4	3	2	3	5
Material de transporte	3	2	2	3	7	7
Madeira e Mobiliário	131	35	39	44	54	46
Papel e papelão, editorial e gráfica	0	5	9	11	13	23
Borracha, fumo, couro e peles e diversas	8	4	10	6	9	13
Química, Produtos farmac. e veter.	0	10	12	9	15	14
Têxtil vestuário	1	10	22	40	46	63
Calçados	0	2	5	3	7	9
Produtos alimentares e bebidas	46	14	24	29	66	74
Serviços ind. de útil. Pública	0	0	2	0	3	0
Construção Civil	29	15	33	58	115	172
Total	230	142	205	253	424	545

Fonte: RAIS 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005

* Os dados de 1973 foram extraídos da revista Geração em Revista. As indústrias de beneficiamento de arroz e de sementes, assim como matadouros, não foram enquadradas nas atividades aqui determinadas, comportando 17, 7 e 10 plantas respectivamente.

Destacam-se, atualmente, a indústria de alimentos e os setores metal-mecânico, e têxtil, além da construção civil, confirmando um crescimento constante durante o período analisado, de 1973 a 2005. O setor madeira e mobiliário encontra-se representado por 46 unidades e representa um setor em expansão, apesar de no passado, à época da colonização e das primeiras indústrias, ter representado quase 57% do setor secundário no Município, muito em função da abundância de matéria-prima nativa, a madeira. O setor de construção civil, que ganhou incentivo a partir da urbanização e da instalação das indústrias comunitárias, destaca-se atualmente, representando 31,56% das unidades instaladas em Toledo.

As empresas do ramo alimentício, especialmente as centradas em torno dos processos industriais das carnes de suíno, de aves, de bovinos e de peixes, das rações balanceadas, as fábricas de chocolate e de óleos vegetais, dinamizam as economias local e regional, estimulando o desenvolvimento de cadeias produtivas e o processo da agroindustrialização. Responde o ramo de produtos alimentares e bebidas por 13,54% das indústrias instaladas no Município em 2005 e por um crescimento de 428% entre os anos de 1985 e 2005. Na década de 1990, verificou-se a expansão e consolidação de um pólo têxtil, através de indústrias de fios, tecelagens e confecções, que trabalham com alta tecnologia e mão-de-obra qualificada, sendo que o número de unidades industriais cresceu 47,8%, representando em 2005 11,56% das unidades instaladas. Outras atividades industriais como o beneficiamento da madeira, olarias, metalúrgicas, fábrica de peças automotivas, de ração premix, os moinhos, os artefatos de cimento, a fábrica de calçados, os artefatos de couro, as indústrias de móveis, funilaria, de embalagens de plásticos, de medicamentos, de bebidas e fábricas de conservas e doces evidenciam a existência de um parque industrial diversificado em Toledo.

Entre os anos 1985 e 1990 observa-se que o número de unidades industriais passou de 142 para 205, estabelecendo um crescimento de mais de 44%, assentado no

desenvolvimento e na consolidação das indústrias comunitárias. Entretanto, o maior crescimento industrial de Toledo aconteceu na década seguinte. Entre os anos de 1990 e 2000 houve um incremento de 106% no número de indústrias instaladas no Município, de acordo com os dados da RAIS, passando de 205 para 424 unidades. Nesta década, a indústria de alimentos e bebidas foi a que mais contribuiu para o incremento experimentado, uma vez que cresceu 175% em se considerando o número de unidades instaladas.

Para confirmar este processo de diversificação industrial e especialização em alguns setores, avaliou-se o Quociente Locacional (QL), que conforme a Tabela 9 identificou a atividade do setor calçadista como de maior destaque local, alcançando QL de 6,70 no ano de 2005, podendo ser explicado pela produção gerada pela Bompel que, na sua quase totalidade, atende ao mercado externo. Apesar de um número não muito expressivo de trabalhadores no setor, 1.612 em 2005, a Região Oeste concentra 25,25% do total paranaense do emprego no setor e Toledo corresponde a 16,07% conforme Apêndice 1.

É possível identificar o setor de produtos alimentares e bebidas como de QL também elevado, 2,70, caracterizando concentração e especialização da atividade no Município, além de confirmar que a produção local não só atende ao mercado interno como gera excedentes para a exportação, a partir da Sadia.

Outra atividade que começou a ganhar destaque a partir da década de 2000 é a de química, produtos farmacêuticos e veterinários. Este destaque justifica-se, principalmente, pelo crescimento da já consolidada Prati & Donaduzzi, atuante no setor de fármacos. O número de empregados nesta atividade cresceu 271% de 2000 para 2005 (Apêndice 1), alcançando por este motivo o QL de 1,33.

Os demais ramos de atividade apresentam QL abaixo de 1, portanto produzem abaixo das necessidades internas de consumo e importam parte do referido bem. Destaca-se entre estes a atividade têxtil e de vestuário, que se desenvolveu no Município desde as indústrias comunitárias. O QL de 0,81, em 2005, está abaixo do nível de

concentração e especialização, mas o crescimento do número de empregados no setor, como mencionado anteriormente, justifica este destaque. Em 1985 tinha-se 79 pessoas trabalhando na atividade e em 2005 este número passou a ser de 1.339 (Apêndice 1).

Tabela 9 - Quociente Locacional (QL) - Segundo Atividades

<i>Atividades</i>	<i>Toledo</i>				
	1985	1990	1995	2000	2005
Extração de minerais	0,00	0,18	0,16	0,04	0,18
Minerais não metálicos	0,64	0,67	0,33	0,53	0,48
Metalúrgica	0,77	0,75	0,78	0,59	0,67
Mecânica	0,37	0,22	0,22	0,34	0,54
Material eletr. Comunicações	0,10	0,06	0,25	0,24	0,30
Material de transporte	0,09	0,03	0,10	0,30	0,11
Madeira e Mobiliário	0,38	0,34	0,31	0,31	0,17
Papel e papelão, editorial e gráfica	0,13	0,16	0,14	0,18	0,37
Borracha, fumo, couro e peles e diversas	0,88	0,39	0,75	0,69	0,36
Química, produtos fármacos e veterinários	0,39	0,55	0,41	0,62	1,33
Têxtil vestuário	0,32	0,86	0,36	1,08	0,81
Calçados	0,39	1,51	3,75	4,10	6,70
Produtos alimentares e bebidas	4,60	4,39	3,42	3,32	2,42
Serviços ind. de útil. Pública	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00
Construção Civil	0,40	0,28	0,32	0,47	0,63

Fonte: RAIS 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005

As empresas geram, no conjunto das atividades primárias, secundárias e terciárias, 29.066 empregos com carteira assinada em Toledo, o equivalente a 27,08% do total da população do Município estimada pelo IBGE para 2006, incluindo idosos, adolescente e crianças. No País, a média é de três empregos informais para cada vaga formal. Considerando os 2.540 servidores públicos municipais efetivos, temporários, estagiários, comissionados e da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Toledo (EMDUR), mais os servidores públicos federais e estaduais, o índice de trabalhadores formais de Toledo é de cerca de 32% (TOLEDO, <<http://www.toledo.pr.gov.br>>, 2007).

A indústria, conforme se observa na Tabela 10, empregava 13.865 pessoas em 2005, albergando esta atividade mais de 47% dos empregados. Apesar do substancial crescimento no número de indústrias, a geração de empregos no Município não ocorreu na

mesma proporção. Entre os anos de 1985 e 1990, período de instalação das indústrias comunitárias, por exemplo, o crescimento no número de empregos foi de apenas 22%. Acredita-se que tal fenômeno aconteceu devido à necessidade de empregados qualificados, à modernização do parque produtivo e ao aumento de produtividade exigido. A maioria das indústrias surgidas àquela época foi de bens de consumo não duráveis, que utilizaram tecnologias de produção e não mão-de-obra em expressiva, como as indústrias de produtos alimentares, têxtil e vestuário e de calçados. Na década de 1990, o crescimento do número de empregos foi de 43,58% no setor industrial, nem 50% do incremento em unidades industriais ocorrido no mesmo período. Conclui-se que a indústria toledana avança em número de unidades industriais, mas não em geração de postos de trabalho.

As atividades que mais se destacaram na geração de emprego, ainda de acordo com a Tabela 10, entre os anos de 1985 e 2005, foram: o têxtil e de vestuário, que apresentaram crescimento de 1.595% em postos de trabalho; produtos alimentares e bebidas, com incremento de 145%, e metal-mecânica, com aumento de 278% no número de empregos.

Tabela 10 - Emprego por setor de Atividade Industrial

Atividade	Toledo				
	1985	1990	1995	2000	2005
Extração de minerais	0	15	11	3	19
Minerais não metálicos	165	210	88	188	231
Metalúrgica	142	166	200	255	506
Mecânica	78	70	66	132	326
Material eletr. Comunicações	15	12	33	53	105
Material de transporte	8	5	15	123	81
Madeira e Mobiliário	357	301	283	420	313
Papel e papelão, editorial e gráfica	42	64	51	93	284
Borracha, fumo, couro e peles e diversas	158	98	147	149	130
Química, Produtos farmac. e veter.	122	178	144	332	1.234
Têxtil vestuário	79	395	185	997	1.339
Calçados	6	45	82	119	259
Produtos alimentares e bebidas	3.332	4.096	4.549	5.122	8.192
Serviços ind. de útil. Pública	0	6	0	2	0
Construção Civil	371	314	327	591	846
Total	4.875	5.975	6.181	8.579	13.865

Fonte: RAIS 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005

Devido às inovações tecnológicas e à crescente concorrência, o mercado de trabalho tornou-se mais exigente. Contrastando com este fenômeno encontra-se a realidade da oferta não qualificada e não preparada para atender à demanda gerada localmente. Segundo dados da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná – Agência de Toledo, há falta de mão-de-obra qualificada na cidade nos mais diversos setores, sobretudo para funções técnicas ou de conhecimento específico.

Destacam-se, entre as indústrias de Toledo, a Sadia S.A., o maior frigorífico abatedouro de suínos e aves da América Latina, que além de agregar valor à carne com várias atividades industriais, abate, atualmente, 330 mil frangos/dia e 6,4 mil suínos e produz 25.520 toneladas de óleo de soja e 79 mil toneladas de rações animais, oferecendo para o conjunto dessas atividades 8.500 empregos diretos; a Bombonato - Indústria e Comércio de Calçados Ltda (BOMPEL), que amplia constantemente sua capacidade de produção com fins de exportação; a Prati, Donaduzzi & Cia Ltda, indústria farmacêutica, que além da produção de diversas linhas de medicamentos, encadeou outros processos produtivos, verticalizando sua produção com a Central Pack, indústria de embalagens, a Biocinese, empresa de pesquisas e testes de medicamentos, e a indústria gráfica, as quais disponibilizam ao Município e região mais de 2.000 vagas de empregos; a Blazius Indústria de Confecções Ltda, na fabricação de roupas sociais masculinas; a Cervejaria Colônia Ltda, na fabricação de cervejas e refrigerantes; a Fiasul, no ramo de fiação de algodão, que emprega mais de 500 funcionários; a Fial, indústria de beneficiamento de fios e barbantes; e a FM Pneus, recapadora de pneus que experimentou grande crescimento desde sua instalação, em 1997, e conta com diversos prêmios nacionais dentre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil, além de possuir a certificação ISO 9001.

O crescimento significativo das atividades têxtil e vestuário enfrenta, ainda, problemas de contratação de mão-de-obra especializada. A Escola da Costura, implementada a partir de uma parceria da Prefeitura Municipal e do Sindicato das Indústrias do Vestuário do

Oeste do Paraná (SINDIWEST) não consegue, ainda, atender às necessidades das indústrias instaladas, que, por conta disso são obrigadas a formar internamente a mão-de-obra que necessitam.

No setor agropecuário, o gado leiteiro é fator de viabilização da pequena propriedade. A bacia leiteira da região impulsionou o surgimento de laticínios. Em 1997 ocorreu a falência da cooperativa que concentrava o fomento, a orientação e a assistência técnica, além da coleta e comercialização do leite dos produtores do município. Surgiram deste processo vários pequenos laticínios que passaram a absorver grande parte da produção do leite gerando concorrência e ocasionando aumentos consideráveis de produção no decorrer do tempo. O trabalho técnico e de orientação junto aos produtores foi iniciado pelo governo municipal em parceria com o estado e grupos de produtores leiteiros começaram a se formar. Destaca-se neste setor a Cooperativa Agroindustrial (COOPERLAC), fundada em 1997. Esta é responsável pelo atendimento da demanda dos produtores de suínos e leite da Região Oeste do Paraná, através do fomento das atividades dos produtores rurais, que hoje são mais de 1.900 cooperados, com uma produção mensal de mais de 2 milhões de litros de leite e 1 milhão de quilos de suínos (COOPERLAC, < <http://www.cooperlac.com.br>>, 2007).

Toledo é hoje a terceira região produtora de leite do Estado, sendo a Região Oeste a maior bacia leiteira do Paraná. No Município existem cerca de 1.200 pequenos produtores de leite, que atendem, além da COOPERLAC, a outras cinco unidades de beneficiamento do produto. Entre estas está a Lacto Bom que, a partir da idéia de instalar uma usina de beneficiamento de leite, constituiu, em 1993, a indústria de leite e, conseqüentemente, passou para a fabricação de subprodutos como: doce de leite, creme de leite, iogurtes, bebida láctea e requeijão cremoso. Estes laticínios, somados a outros pequenos e médios laticínios do Paraná, garantiram e incrementaram seu desenvolvimento a partir de um programa instituído pelo Governo do Estado no ano de 2003. O Programa Leite das

Crianças⁷ distribuiu até 2006 mais de 100 milhões de litros de leite, adquiridos destes laticínios que, além de aumentarem sua produção, receberam ações de treinamento e capacitação para atender ao programa e às exigências de qualidade determinadas.

Acompanhado o raciocínio de Jordan; Zapatta (1998, p. 25), que diz que o desenvolvimento local é “um processo de articulação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica, de reconstrução do tecido social, de geração de renda”, no município de Toledo grande parte dos empreendimentos resultou dessa dinâmica social da articulação dos sujeitos sociais.

Para a consolidação do seu parque industrial, o Município de Toledo investiu num projeto de urbanização moderna através da criação de Centros Industriais e Incubadoras nos arredores da cidade. Estes locais específicos foram pensados com a finalidade localizar as indústrias, ofertando-lhes uma infra-estrutura básica e os incentivos necessários para atender aos interesses de investimento.

Em decorrência do processo de industrialização, o comércio e a prestação de serviços especializaram-se, concentrando-se na sede do Município, devido à redução da população no interior. O comércio, em geral, consolidou as mudanças ocorridas na década anterior, os supermercados vieram para ficar, abriram-se novos e ampliaram-se os existentes. As empresas de varejo sofreram um processo de seleção natural e grandes redes instalaram-se no município. As atividades comerciais, que atuam no campo varejista e atacadista, concentraram suas atividades nos ramos de produtos agropecuários, máquinas, aparelhos, equipamentos, produtos alimentícios, bebidas, roupas, supermercados, etc. Observou-se,

⁷ O Programa tem como prioridade o atendimento de crianças de 6 a 36 meses de idade, pertencentes a famílias com renda média per capita mensal inferior a meio salário mínimo, através da distribuição de um litro diário de leite fluído pasteurizado, com teor mínimo de gordura de 3% e enriquecido com Ferro e Vitaminas A e D.

também, um aperfeiçoamento no nível dos serviços oferecidos, através da automação necessária e amplamente aplicada (TOLEDO, <<http://www.toledo.pr.gov.br>>).

O desenvolvimento do Município de Toledo, em suas vertentes econômica, social e cultural, nos últimos 40 anos, deve-se entender a partir da articulação dos diferentes segmentos da sociedade e, sobretudo, a partir da mediação exercida pela Associação Comercial e Empresarial de Toledo. Na sua criação, em 1967, a população de Toledo era de cerca de 50 mil habitantes. Hoje, com mais de 107 mil habitantes (estimativa IBGE 2006), o município conta com um orçamento público em torno de R\$ 141,8 milhões. Coube nesta evolução, a participação da associação como gestora das inovações, do comércio, da indústria e da agropecuária, que, da subsistência passou a altamente tecnificada e especializada, fazendo com que o município assumira o lugar de destaque na produção de grãos no Estado, a partir das culturas de soja, trigo e milho; concentra a maior produção de suínos; e contar com um grande plantel de frangos, que movimenta e faz a Sadia abater, na atualidade, 330 mil frangos/dia. Aos agricultores, aos comerciantes e industriais do município de Toledo foi dado incentivo e segurança pela ACIT e pelas demais instituições públicas e privadas, ligadas a cada setor, tanto para o aumento da produção e sua comercialização, como para as melhorias das condições de transporte, através de estradas melhoradas e asfaltadas, das comunicações e da promoção do conhecimento através da instalação de estruturas universitárias e cursos técnicos.

Conclui-se, portanto, que o processo de colonização e industrialização do município de Toledo está marcado pela cultura do trabalho e por empreendimentos que evocaram o espírito de cooperação e comunitário. Os primeiros colonos, italianos e alemães, atraídos pela colonizadora MARIPÁ, transformaram a madeira com o machado e o fogo. O primeiro ciclo econômico foi marcado pelo milho, pelo feijão e pelo porco. A terra fértil e a tecnologia nela empregada melhoraram a produtividade e o volume da produção. O espírito empreendedor e comunitário dos agricultores se materializou em ações que objetivavam uma

organização socioeconômica fundada no princípio da auto-suficiência. Assim, as bases da construção social foram influenciadas pelas representações simbólicas da família, da comunidade, do trabalho e da solidariedade.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho de pesquisa, de caráter histórico-indiciário, buscaram-se, à luz dos referenciais teóricos, os elementos históricos da ocupação e formação do espaço agrícola e urbano de Toledo e do processo de agroindustrialização regional e local. Estas informações relacionadas com os dados quantitativos colhidos nos arquivos do Município e em outras fontes, como o IBGE, IPARDES, RAIS, possibilitaram uma metodologia de análise comparativa que, a partir de séries históricas de 1940 a 2000, permitem compreender a dinâmica e o perfil de desenvolvimento industrial de Toledo.

A construção das territorialidades regionais e o processo de desenvolvimento de Toledo estão intimamente ligados à política de integração de uma nova fronteira agrícola na economia do mercado nacional e tem seu perfil de desenvolvimento ancorado nos sujeitos da colonização, cujas práticas culturais estavam marcadamente centradas nas atividades agropecuárias e nas relações familiares de produção. Estas atividades adquiriram expressão local específica a partir do final da década de 1940, quando se intensificaram as frentes migratórias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que, em base à instalação de um padrão agrícola semelhante ao encontrado nos estados de origem, buscaram no Oeste do Paraná, antes ocupado pela exploração madeireira estrangeira, novas formas de inserção produtiva. Estes aspectos fizeram com que o processo de colonização ocorrido até a década de 1960 apresentasse um perfil de desenvolvimento local fortemente baseado nas atividades produtivas relacionadas com a pecuária e a agricultura, viabilizadas pelas condições de solo e associadas à acumulação técnico-cultural dos colonizadores, que encontraram na empresa colonizadora – MARIPÁ – uma mediação fundamental para o incentivo e o apoio de projetos que favoreceram a implementação de uma infra-estrutura voltada para o atendimento das unidades familiares de produção e para a construção dos espaços comunitários. Esta base societária e econômica favoreceu a introdução de novas

tecnologias de produção e, principalmente a partir da mecanização agrícola, fomentou a especialização do setor agropecuário, através da instalação de agroindústrias. Os impactos da mudança do perfil da produção agropecuária da região tiveram repercussões expressivas sobre a base da organização social local, afetando, sobretudo, as famílias e as comunidades.

A transferência de população do meio rural para o meio urbano, diante da mudança do perfil da economia local e regional, acarretou a explosão e a conseqüente implosão do meio urbano, que de diferentes formas passou a exercer força de atração, tanto nas aglomerações urbanas locais quanto nas regionais. Os índices de urbanização do Brasil e do Paraná apresentaram crescimento acentuado desde 1950 e, ao se analisar o período de 1991 a 2005 (Tabela 2, p.32), é possível verificar que onde houve maior urbanização registrou-se, também, uma maior expansão dos indicadores econômicos. Entretanto, a infra-estrutura e os serviços urbanos necessários à coletividade não cresceram de maneira conjugada, transformando a modernidade alcançada em pobreza, reforçada pela insegurança, que passou a exigir do estado mantenedor a assunção do seu papel de provedor.

O capital social surgiu como um importante conceito para a análise do desenvolvimento comunitário e sustentável nas últimas décadas. Para que se estabeleça como agente do processo de desenvolvimento necessita fomentar a construção de uma identidade cultural, de práticas sociais e de produção de conhecimentos nos cidadãos, através de um conjunto diversificado de ações, levadas a cabo pelas instituições públicas e privadas, que correspondam às questões relacionadas ao desenvolvimento territorial a partir das relações e da organização dos atores sociais e da gestão do espaço partilhado. O planejamento participativo, a partir da instituição do Plano Diretor local, representou assim a estratégia ideal para que se pudesse alvejar a consolidação de um novo tipo de sociedade, baseada no exercício da cidadania e na implementação das demandas coletivas.

Para Hirschmann (1961) e Furtado (1983), o desenvolvimento depende de alguns fatores como: situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população e cultura. Em base a esta assertiva, é possível afirmar em relação ao desenvolvimento do Município de Toledo, tanto rural quanto urbano, que o mesmo relaciona-se com a capacidade, competência e habilidade das comunidades e com a identidade social e histórica deste território. É possível verificar, dessa forma, que a formação do espaço urbano local, se relacionando com a prática das vivências sociais e das redes de relações entabuladas entre as pessoas num determinado lugar, deu-se a partir de compromissos assumidos pelos cidadãos locais e estabelecidos neste espaço desde a sua colonização. A caracterização do solo, do clima e as condições de produção na nova fronteira agrícola, encontradas pelos colonizadores, contribuíram como fatores importantes para o desenvolvimento das bases econômicas locais. Não representaram tudo, no entanto. A capacidade de articulação dos sujeitos da colonização e, posteriormente, dos mediadores sociais em torno de projetos comunitários e as formas da sua relação com o meio representam práticas sociais e culturais que marcaram o processo de desenvolvimento local.

Além disso, os estímulos resultantes das relações interétnicas, as representações e referências simbólicas, trazidas pelas diferentes frentes econômicas e de trabalho, abriram novos horizontes e perspectivas para o desenvolvimento local. A pluralidade cultural e a diversidade de usos e costumes advindos com o processo de urbanização contribuíram substancialmente como fomentadores da cultura e importantes fatores que interferiram na definição do perfil do desenvolvimento local. A urbanização do município está intimamente relacionada com o processo de industrialização. Neste contexto dinâmico de mudança social, a articulação dos diferentes sujeitos sociais facultou a formação de um capital social, grandemente responsável pelo perfil e pelo nível de desenvolvimento alcançado.

O processo industrial em Toledo iniciou-se pela exploração e beneficiamento da madeira, no final da década de 1940, que, utilizando-se de práticas embrionárias e produzindo produtos artesanais, serviu de meio para atender às necessidades da população. O início da década de 1950 esteve marcado pelo surgimento de diversas empresas de exploração de madeira sob a concessão da colonizadora, que, além de explorá-la sozinha até aquele momento, preocupava-se com a manutenção dos habitantes locais. A empresa colonizadora incentivou alguns funcionários para que integrassem como sócios as novas empresas, incentivando, também, a criação de outros pequenos negócios para suprir as necessidades que surgiam.

Na passagem da década de 1960 para 1970 começou a ocorrer o deslocamento da população das áreas rurais para a cidade em busca de trabalho e renda, devido às transformações da mecanização do campo e aos desequilíbrios causados em virtude da concentração fundiária e da crescente liberação de mão-de-obra agrícola. O desenvolvimento da economia exigiu, assim, a definição de limites em relação ao desenvolvimento autônomo das economias regionais e locais, fundamentando-se nas habilidades e competências dos agentes locais em se organizarem, planejarem e executarem ações voltadas às capacidades e potencialidades locais. O modelo de economia periférica, que, segundo Padis (1981) caracterizava a economia paranaense àquela época, foi se modificando para se constituir em um modelo complementar da economia do eixo dinâmico Rio-São Paulo e, sobretudo, centrado no modelo agro-exportador. Esta reestruturação atingiu, também, as bases da economia local.

Um novo perfil industrial passou a se configurar no Oeste do Paraná a partir de 1970. De eminentemente agrícola, a região teve crescente e progressiva inserção no setor industrial, predominantemente agroindustrial. A indústria da carne desenvolveu-se ainda mais e se fez acompanhar pela evolução da avicultura moderna, através da instalação de

frigoríficos em regiões que ofereciam vantagens locais específicas. Em Toledo, a Sadia fomentou a avicultura com a instalação de um frigorífico de aves, incentivando os produtores locais a participar de um sistema integrado, que viabilizou a pequena propriedade rural, gerando empregos diretos e indiretos, renda e tributos ao Município.

As indústrias comunitárias surgiram em reposta ao esvaziamento da cidade de população e de investimentos. A partir dos subprodutos da Sadia, novos produtos começam a ser transformados em Toledo e comercializados no mercado nacional e internacional, caracterizando um período de expansão e diversificação industrial, alicerçado na vocação agropecuária da Região Oeste do Paraná. O mérito das indústrias comunitárias foi o de ter criado a mentalidade do empreendedorismo local, isto é, de investir e fazer crescer a economia do Município. Além disso, o entendimento e a organização da sociedade civil e empresarial ganharam expressão enquanto fatores de desenvolvimento local.

A década de 1990 esteve marcada, desde o seu início, pela consolidação e diversificação do parque industrial de Toledo. A partir das indústrias comunitárias, outros setores passaram a se desenvolver, levando o município a uma situação de polaridade no processo de industrialização regional. A agroindústria, sobretudo do setor alimentar, a indústria do setor fármaco-químico e da construção civil foram os principais esteios do desenvolvimento industrial local. Novos setores despontaram como resposta às inovações tecnológicas e à crescente concorrência desencadeada pela globalização. A indústria transformadora do leite insere-se neste contexto a partir de 1997, com a criação da COOPERLAC, que fomentou a consolidação de laticínios como a Lacto Bom, já inserida no mercado nacional. A diversificação da produção, a exemplo da fruticultura recorre às praticas de cooperação, a exemplo do que ocorreu com a criação da Cooperativa Vinícola, como forma de viabilização da pequena propriedade e de geração de trabalho e renda. A

industrialização de Toledo tem, portanto, um perfil fortemente vinculado ao seu caráter agroindustrial.

A partir das comunidades agrícolas, voltadas à exploração e comercialização de matérias-primas naturais, como a erva-mate e a madeira, a comunidade desenvolveu-se, e das necessidades de subsistência, aliadas às características de trabalho comunitário e organização civil, as primeiras empresas instalaram-se provendo os habitantes locais de mantimentos e implementos agrícolas, além de iniciarem a comercialização dos excedentes de cereais gerados. Foram as transformações ocorridas em nível nacional e estadual a partir do incentivo à desconcentração industrial, que, conjugadas à capacidade de articulação do capital social local, caracterizaram a industrialização de Toledo a partir da década de 1970, ainda que tardia em relação ao Paraná. A industrialização, baseada na produção de matérias-primas, alimentos e produtos agrícolas destinados à exportação, está sendo progressivamente substituída pelas culturas tecnificadas e pelos insumos e equipamentos modernos incorporados à agricultura, formatando um novo complexo agroindustrial de base agropecuária. O agronegócio destaca-se na Região Oeste e em Toledo, gerando uma mudança qualitativa no padrão industrial com o objetivo de agregar valor aos alimentos produzidos e transformar a produção em novos bens de consumo final.

Na perspectiva atual de desenvolvimento e crescimento da indústria em Toledo, é possível reafirmar que a articulação do capital social, a partir da família e da comunidade, foi central na definição de seu perfil e de suas tendências. O homem na sua relação com o meio, a produção e as formas de intervenção nela, a articulação da sociedade civil e sua interação com agentes públicos e financeiros, a estratégia da inserção da produção e da industrialização no mercado sem o abandono da matriz da produção agropecuária desenharam um modelo de desenvolvimento que está situado localmente e articulado globalmente, embora isto não signifique que nele estejam engendrados desequilíbrios sociais.

Afloram desafios que exigem uma constante avaliação do processo de desenvolvimento, no sentido de aferir os possíveis desvios de foco e dos interesses da sociedade local, uma vez que os apelos do agronegócio respondem, cada vez mais, aos interesses dos grandes grupos monopolistas da tecnologia e do capital.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. IPEA. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: Maio 2006.

AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Disponível em <<http://www.paranacidade.org.br>>. Acesso em: Novembro 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD-IPEA-FJP, 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: Julho 2007.

BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Elsevier: Sobbet, 1996. p. 219-237.

BECKER, Dinizar F. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado? In: BECKER, Dinizar F.; WITMANN, M.N. (org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 85-121

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

CAMPANA, Fábio. **As empresas comunitárias de Toledo**. Acit. n. 3, 14 dez. 1983.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

COOPERLAC, Cooperativa Agroindustrial. Disponível em: <<http://www.cooperlac.com.br>>. Acesso em: 13/07/07.

COPPINI, C.C. **A agricultura e os efeitos de encadeamento dos ramos de atividades no Município de Toledo**. Toledo, 2003, 30p. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

COUTINHO, L. G. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Elsevier: Sobbet, 1996. p. 219-237.

CONFEEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Estatuto da cidade. Lei n.º 10,257.** CONFEEA, 2 ed.

DIAS, L.C.; GIBBERT, G.M.; LIMA, J.F.L. **Análise do mercado de trabalho no Município de Toledo, ações para dinamizar e sustentar o desenvolvimento local.** Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Foz do Iguaçu: 15 a 17 de outubro de 2006.

FARIA, V.E. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil. Tendências e perspectivas.** Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n.29, p.98-119, mar.1991.

FUNTEC. Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo. **Catálogo Industrial de Toledo 1998.** Coordenação de Marilene B. de Oliveira Giachini, Luis Augusto Minghini Filho, Valdair Alberton Baggio. Curitiba: Gráfica do Senai, 1998.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983)

GERAÇÃO EM REVISTA. n.1. Curitiba: Lítero-Técnica, 1973.

GIL, A.C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GONZATTO, Mara Conceição (Coordenadora). **História das indústrias comunitárias de Toledo.** Toledo: FININVEST, 1985.

GRONDIN, Marcelo. **O alvorecer de Toledo.** Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

HADDAD, Paulo Roberto *et. al.* (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters.** CNPq/Embrapa: Brasília, 1999.

_____ (Org.). **Medidas de Localização e Especialização.** In: Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

HEIS, Antonio Ademar. **A indústria comunitária e sua influência no desempenho sócio-econômico de Toledo.** Toledo, 1983. Monografia. Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato.

HIRSCHMAN, Albert. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: Dezembro 2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: Maio 2006.

_____. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba: IPARDES, 2003. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: Maio 2006.

_____. **Anuário estatístico do Paraná – 2004**. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/ipardes/publicacoes/anuario2004/anuario>>. Acesso em: Agosto 2006.

_____. **Os vários Paranás** : estudos socioeconômicos-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2005. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: Agosto 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos 2005**. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: Fevereiro 2007.

_____. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/Nesur, IPEA, 2002. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: Dezembro 2006.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MACEDO, M.M; VIEIRA, V.F; MEINERS, W.E.M.A. **Fases de desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES. nº 103. jul./dez., 2002. p. 5-22.

MORAES, J.L.A. **Capital Social e desenvolvimento regional**. In: BECKER, Dinizar F.; WITMANN, M.N. (org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Edunisc: Santa Cruz do Sul, 2003. p.123-148.

MOURA, R. **Paraná: meio século de urbanização**. R.RA'E GA, Curitiba, n.8, p.33-44, 2004. Editora UFPR.

MUNFORD, L. **De Megalópolis a Necrópolis**. In: A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. Tradução Neil R. da Silva. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. Cap. VIII, p. 227-236.

NIEDERAUER, O.H. **Toledo no Paraná**. 2 ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

NOJIMA, Daniel. **Crescimento e reestruturação industrial no Paraná – 1985/2000**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES. nº 103. jul./dez., 2002. p. 23-43.

OLIVEIRA, G.B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002. Disponível em <<http://www.fae.edu/publicacoes>>. Acesso em: Agosto 2007.

_____. LIMA, J.E.S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista FAE, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 20-37, maio/dez. 2003. Disponível em <<http://www.fae.edu/publicacoes>>. Acesso em: Agosto 2006.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PERIS, Alfredo Fonseca (org.) **Estratégias de desenvolvimento regional**. Região Oeste do Paraná. Cascavel: EduniOeste, 2003.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. **Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.104, p.79-102, jan./jun. 2003.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. 2. ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

_____. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. p.97-110.

PIFER, M. *et al.* A base de exportação e a reestruturação das atividades produtivas no Paraná. In: CUNHA, M.S.; SHIKIDA, P.F.A; ROCHA, W.F. **Agronegócio Paranaense: Potencialidades e Desafios**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002, p.77-95.

PIERUCCINI, M.A. **A expansão das agroindústrias no Oeste do Paraná**. Dissertação de mestrado – UEM, Maringá, 1998.

REDE MUNINET. Rede brasileira para o desenvolvimento municipal. Disponível em <<http://muninet.org.br>>. Acesso em: 15/07/07.

RIPPEL, R. **Os encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial: um estudo de caso da Frigobrás – Sadia de Toledo e das empresas comunitárias**. Curitiba, 1995, 120p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHALLENBERGER, E. **O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das reduções rio-platenses**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006a.

_____. (Org.). **Cultura e memória social: territórios em construção**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006b.

SCHALLENBERGER, E. Imigração e comunidades étnicas, 2007 (texto inédito)

SILVA, J.M.; ARAÚJO, M.L.M. **Estatuto da Cidade e o planejamento urbano-regional**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 105, p. 57-74, jul./dez. 2003.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C.F. **Toledo e sua história**. Projeto História. Toledo: Secretaria. Municipal de Cultura e Esportes, 1988.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. Cap.1. Brasiliense, 1986.

TOLEDO. **Prefeitura Municipal**. Disponível em <<http://www.toledo.pr.gov.br>>. Acesso em: Agosto 2007.

_____. **As indústrias comunitárias de Toledo: Sua história e implantação**. Ministério da Indústria e Comércio; Associação Comercial e Industrial de Toledo; Faculdade de Ciências Humanas, 1985.

_____. Secretaria Municipal da Fazenda. **Relatório de empresas pela primeira atividade: Indústria**. Coletado em: Agosto 2005.

_____. Conselho de Desenvolvimento Rural. **Plano de desenvolvimento rural sustentável do Município de Toledo**. Celso Antonio Fávero (Org.). Cascavel: Gráfica Universitária da Unioeste, 2006.

_____. **Plano Diretor. Lei Complementar n.º 9, de 5 de Outubro de 2006**. Disponível em <<http://www.toledo.pr.gov.br>>. Acesso em: Julho 2007.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação 2004**. Toledo: 2004.

VANDERLINDE, T. **Formação de uma identidade campesina no Sul do Brasil**. In: p. 33-45.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrages, Mensus e Colonos. História do Oeste Paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

WEBER, Alfred. **Theory of the Location of Industries**. Chicago University Press, 1969.

ZAPATA, Tânia; JORDAN, Arturo. **Um programa de capacitação e transferência de metodologia para o desenvolvimento econômico local**. Recife (PE): Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998. (Cadernos Técnicos, n.2).

CAMPOS, Rosali Maria Masiero de. Entrevista concedida em 7 de Agosto de 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Número de empregos por atividade econômica

ATIVIDADE	Toledo					Oeste Paranaense					Total Paraná				
	1985	1990	1995	2000	2005	1985	1990	1995	2000	2005	1985	1990	1995	2000	2005
Extração de minerais	0	15	11	3	19	167	245	266	157	281	5.371	5.131	4.225	4.302	4.411
Minerais não metálicos	165	210	88	188	231	1.271	1.564	1.006	1.533	1.789	16.764	18.883	16.545	18.080	20.189
Metalúrgica	142	166	200	255	506	978	831	863	1.245	2.129	11.984	13.307	16.059	22.252	31.294
Mecânica	78	70	66	132	326	464	754	804	948	1.723	13.771	18.928	18.747	19.675	25.387
Material eletr. Comunicações	15	12	33	53	105	71	87	67	133	247	9.656	11.137	8.371	11.530	14.621
Material de transporte	8	5	15	123	81	242	222	516	408	1.033	5.652	8.628	9.043	21.265	30.358
Madeira e Mobiliário	357	301	283	420	313	4.234	3.231	3.730	4.421	4.158	60.794	53.345	57.320	68.344	76.896
Papel e papelão, editorial e gráfica	42	64	51	93	284	432	921	827	1.226	1.732	20.870	23.904	23.692	26.267	32.418
Borracha, fumo, couro e peles e diversas	158	98	147	149	130	328	349	355	499	806	11.651	15.123	12.246	11.107	15.001
Química, Produtos farmac. e veter.	122	178	144	332	1.234	282	468	421	1.196	2.713	20.173	19.486	22.031	27.463	38.736
Têxtil vestuário	79	395	185	997	1.339	322	935	1.078	3.429	5.960	15.903	27.492	31.954	47.479	68.909
Calçados	6	45	82	119	259	73	139	145	235	407	1.016	1.789	1.374	1.485	1.612
Produtos alimentares e bebidas	3.332	4.096	4.549	5.122	8.192	5.466	6.823	10.250	12.699	28.296	47.280	56.056	83.742	78.934	141.097
Serviços ind. de útil. Pública	0	6	0	2	0	988	477	1.527	1.560	1.996	15.844	17.768	19.872	16.505	20.618
Construção Civil	371	314	327	591	846	10.042	7.400	6.475	6.678	7.347	61.170	68.264	63.516	64.528	56.391
Total	4.875	5.975	6.181	8.579	13.865	25360	24.446	21.855	29.689	53.270	317.899	359.241	388.737	439.216	577.938

Fonte de dados brutos: RAIS

APÊNDICE 2

Estrutura Setorial de Emprego

ATIVIDADE	Toledo					Oeste Paranaense					Total Paraná				
	1985	1990	1995	2000	2005	1985	1990	1995	2000	2005	1985	1990	1995	2000	2005
Extração de minerais	0,00%	0,25%	0,18%	0,03%	0,14%	0,66%	1,00%	1,22%	0,53%	0,53%	1,69%	1,43%	1,09%	0,98%	0,76%
Minerais não metálicos	3,38%	3,51%	1,42%	2,19%	1,67%	5,01%	6,40%	4,60%	5,16%	3,36%	5,27%	5,26%	4,26%	4,12%	3,49%
Metalúrgica	2,91%	2,78%	3,24%	2,97%	3,65%	3,86%	3,40%	3,95%	4,19%	4,00%	3,77%	3,70%	4,13%	5,07%	5,41%
Mecânica	1,60%	1,17%	1,07%	1,54%	2,35%	1,83%	3,08%	3,68%	3,19%	3,23%	4,33%	5,27%	4,82%	4,48%	4,39%
Material eletr. Comunicações	0,31%	0,20%	0,53%	0,62%	0,76%	0,28%	0,36%	0,31%	0,45%	0,46%	3,04%	3,10%	2,15%	2,63%	2,53%
Material de transporte	0,16%	0,08%	0,24%	1,43%	0,58%	0,95%	0,91%	2,36%	1,37%	1,94%	1,78%	2,40%	2,33%	4,84%	5,25%
Madeira e Mobiliário	7,32%	5,04%	4,58%	4,90%	2,26%	16,70%	13,22%	17,07%	14,89%	7,81%	19,12%	14,85%	14,75%	15,56%	13,31%
Papel e papelão, editorial e gráfica	0,86%	1,07%	0,83%	1,08%	2,05%	1,70%	3,77%	3,78%	4,13%	3,25%	6,56%	6,65%	6,09%	5,98%	5,61%
Borracha, fumo, couro e peles e diversas	3,24%	1,64%	2,38%	1,74%	0,94%	1,29%	1,43%	1,62%	1,68%	1,51%	3,67%	4,21%	3,15%	2,53%	2,60%
Química, Produtos farmac. e veter.	2,50%	2,98%	2,33%	3,87%	8,90%	1,11%	1,91%	1,93%	4,03%	5,09%	6,35%	5,42%	5,67%	6,25%	6,70%
Têxtil vestuário	1,62%	6,61%	2,99%	11,62%	9,66%	1,27%	3,82%	4,93%	11,55%	11,19%	5,00%	7,65%	8,22%	10,81%	11,92%
Calçados	0,12%	0,75%	1,33%	1,39%	1,87%	0,29%	0,57%	0,66%	0,79%	0,76%	0,32%	0,50%	0,35%	0,34%	0,28%
Produtos alimentares e bebidas	68,35%	68,55%	73,60%	59,70%	59,08%	21,55%	27,91%	46,90%	42,77%	53,12%	14,87%	15,60%	21,54%	17,97%	24,41%
Serviços ind. de útil. Pública	0,00%	0,10%	0,00%	0,02%	0,00%	3,90%	1,95%	6,99%	5,25%	3,75%	4,98%	4,95%	5,11%	3,76%	3,57%
Construção Civil	7,61%	5,26%	5,29%	6,89%	6,10%	39,60%	30,27%	29,63%	22,49%	13,79%	19,24%	19,00%	16,34%	14,69%	9,76%

Fonte de dados brutos: RAIS

APÊNDICE 3

Estrutura Estadual de Emprego

ATIVIDADE	Toledo					Oeste Paranaense				
	1985	1990	1995	2000	2005	1985	1990	1995	2000	2005
Extração de minerais	0,00%	0,29%	0,26%	0,07%	0,43%	3,11%	4,77%	6,30%	3,65%	6,37%
Minerais não metálicos	0,98%	1,11%	0,53%	1,04%	1,14%	7,58%	8,28%	6,08%	8,48%	8,86%
Metalúrgica	1,18%	1,25%	1,25%	1,15%	1,62%	8,16%	6,24%	5,37%	5,60%	6,80%
Mecânica	0,57%	0,37%	0,35%	0,67%	1,28%	3,37%	3,98%	4,29%	4,82%	6,79%
Material eletr. Comunicações	0,16%	0,11%	0,39%	0,46%	0,72%	0,74%	0,78%	0,80%	1,15%	1,69%
Material de transporte	0,14%	0,06%	0,17%	0,58%	0,27%	4,28%	2,57%	5,71%	1,92%	3,40%
Madeira e Mobiliário	0,59%	0,56%	0,49%	0,61%	0,41%	6,96%	6,06%	6,51%	6,47%	5,41%
Papel e papelão, editorial e gráfica	0,20%	0,27%	0,22%	0,35%	0,88%	2,07%	3,85%	3,49%	4,67%	5,34%
Borracha, fumo, couro e peles e diversas	1,36%	0,65%	1,20%	1,34%	0,87%	2,82%	2,31%	2,90%	4,49%	5,37%
Química, Produtos farmac. e veter.	0,60%	0,91%	0,65%	1,21%	3,19%	1,40%	2,40%	1,91%	4,35%	7,00%
Têxtil vestuário	0,50%	1,44%	0,58%	2,10%	1,94%	2,02%	3,40%	3,37%	7,22%	8,65%
Calçados	0,59%	2,52%	5,97%	8,01%	16,07%	7,19%	7,77%	10,55%	15,82%	25,25%
Produtos alimentares e bebidas	7,05%	7,31%	5,43%	6,49%	5,81%	11,56%	12,17%	12,24%	16,09%	20,05%
Serviços ind. de útil. Pública	0,00%	0,03%	0,00%	0,01%	0,00%	6,24%	2,68%	7,68%	9,45%	9,68%
Construção Civil	0,61%	0,46%	0,51%	0,92%	1,50%	16,42%	10,84%	10,19%	10,35%	13,03%
Total	1,53%	1,66%	1,59%	1,95%	2,40%	7,98%	6,80%	5,62%	6,76%	9,22%

Fonte de dados brutos: RAIS